

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESIGNADOS, exceto o(a) coordenador(a).**

Anexo nº 12.

À

Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.

Presidente da CPL e equipe de apoio.

REF.: Concorrência nº 01/2021 - SJP

Prezados(as) Senhores(as),

Declaro, em observação ao disposto no quadro da Relação Nominal dos Profissionais Designados (Anexo nº10), caso a proponente Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o nº 80.921.489/0001-73, sediada na Avenida Higienópolis nº 32 na cidade de Londrina – PR, seja vencedora da licitação em epígrafe, que integrarei a equipe técnica para execução dos serviços objeto da mesma e que não mantenho com terceiros contratos de trabalho com dedicação exclusiva.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Londrina, 05 de agosto de 2021.

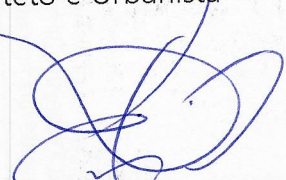


Agenor Martins Junior

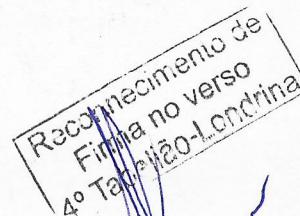
RG nº 325558 SSP MS

CAU nº A13861-4

Arquiteto e Urbanista



Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME  
Carlos Rogério Pereira Martins  
CPF: 042.614.189-08- RG: 8.409.363-7 –SSP-PR  
Representante legal.



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESIGNADOS, exceto o(a) coordenador(a).

Anexo nº 12.

À

Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.

Presidente da CPL e equipe de apoio.

REF.: Concorrência nº 01/2021 - SJP

Prezados(as) Senhores(as),

Declaro, em observação ao disposto no quadro da Relação Nominal dos Profissionais Designados (Anexo nº10), caso a proponente Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o nº 80.921.489/0001-73, sediada na Avenida Higienópolis nº 32 na cidade de Londrina – PR, seja vencedora da licitação em epígrafe, que integrarei a equipe técnica para execução dos serviços objeto da mesma e que não mantenho com terceiros contratos de trabalho com dedicação exclusiva.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Londrina, 05 de agosto de 2021.



Carlos Rogério Pereira Martins

RG nº 8.409.363-7-SSP-PR

CRA-PR nº 24528

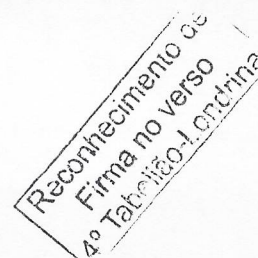
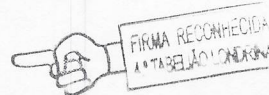
Administrador de Empresas

Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME

Carlos Rogério Pereira Martins

CPF: 042.614.189-08- RG: 8.409.363-7 –SSP-PR

Representante legal.



**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESIGNADOS, exceto o(a) coordenador(a).**  
Anexo nº 12.

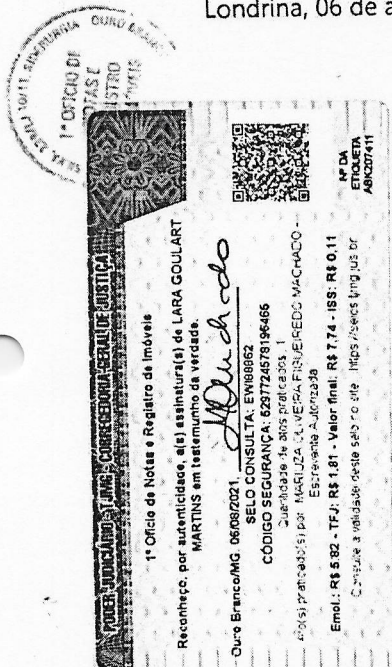
À  
Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.  
Presidente da CPL e equipe de apoio.  
REF.: Concorrência nº 01/2021 - SJP

Prezados(as) Senhores(as),

Declaro, em observação ao disposto no quadro da Relação Nominal dos Profissionais Designados (Anexo nº10), caso a proponente Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o nº 80.921.489/0001-73, sediada na Avenida Higienópolis nº 32 na cidade de Londrina – PR, seja vencedora da licitação em epígrafe, que integrarei a equipe técnica para execução dos serviços objeto da mesma e que não mantenho com terceiros contratos de trabalho com dedicação exclusiva.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Londrina, 06 de agosto de 2021.



**MAPSSOTE**  
Lara Goulart Martins  
RG nº MG-1035965-4  
CREA-MG nº MG-122328/D  
Engenheira Sanitarista e Ambiental

(assinatura digital)  
Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME  
Carlos Rogério Pereira Martins  
CPF: 042.614.189-08- RG: 8.409.363-7 –SSP-PR  
Representante legal.

licitacao@maptriz.com.br

MAPTRIZ Consultoria e Tecnologia LTDA-ME  
CNPJ nº 80.921.489/0001-73

Este documento foi assinado digitalmente por Carlos Rogério Pereira Martins.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 9A4D-586E-CDA2-461D.

Este documento foi assinado digitalmente por Carlos Rogério Pereira Martins.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 9A4D-586E-CDA2-461D.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/109660908211029582409>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 109660908211029582409-1  
Data: 09/08/2021 11:43:38  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALW62913-78LV;



CNJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB



0030



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9A4D-586E-CDA2-461D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9A4D-586E-CDA2-461D



### Hash do Documento

29E84207DA07306FEB583CE505F0987A6B7615BE987C5350F39BE1E44C56E809

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/08/2021 é(são) :

☒ Carlos Rogerio Pereira Martins (Signatário) - 042.614.189-08 em  
06/08/2021 10:27 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em segunda-feira, 9 de agosto de 2021 11:46:11 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/109660908211029582409>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 109660908211029582409-2  
Data: 09/08/2021 11:43:39  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALW62914-294N;



**Cartório Azevedo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Baixo dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

CNJ: 06.870-0

Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB



0031

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA



Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



## DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **09/08/2021 13:38:03 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 109660908211029582409-1 a 109660908211029582409-2

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bb49e596f627d6b83d1156f3d812fb5c17855d15427a72ebf3ff4da22f06902756a600087d864ebd7719413ec8ccfa231a2249681547227a530f6d0b62a6af5a9



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



0032

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESIGNADOS, exceto o(a) coordenador(a).**  
Anexo nº 12.

À

Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.

Presidente da CPL e equipe de apoio.

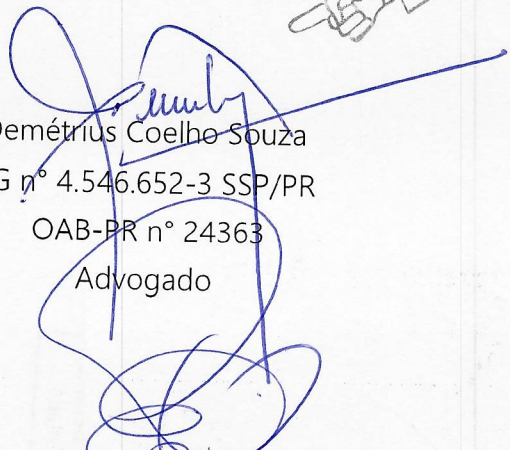
REF.: Concorrência nº 01/2021 - SJP

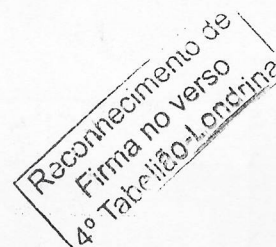
Prezados(as) Senhores(as),

Declaro, em observação ao disposto no quadro da Relação Nominal dos Profissionais Designados (Anexo nº10), caso a proponente Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o nº 80.921.489/0001-73, sediada na Avenida Higienópolis nº 32 na cidade de Londrina – PR, seja vencedora da licitação em epígrafe, que integrarei a equipe técnica para execução dos serviços objeto da mesma e que não mantenho com terceiros contratos de trabalho com dedicação exclusiva.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Londrina, 06 de agosto de 2021.

  
Demétrius Coelho Souza  
RG nº 4.546.652-3 SSP/PR  
OAB-PR nº 24363  
Advogado



Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME  
Carlos Rogério Pereira Martins  
CPF: 042.614.189-08- RG: 8.409.363-7 –SSP-PR  
Representante legal.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESIGNADOS, exceto o(a) coordenador(a).  
Anexo nº 12.

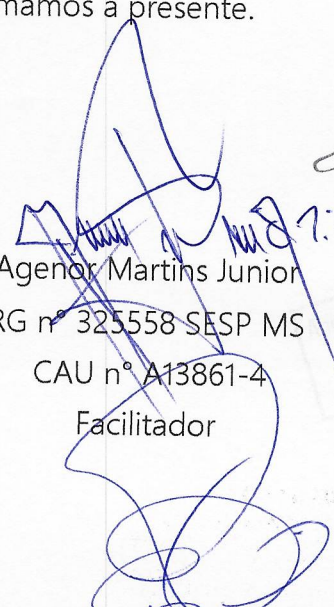
À  
Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.  
Presidente da CPL e equipe de apoio.  
REF.: Concorrência nº 01/2021 - SJP

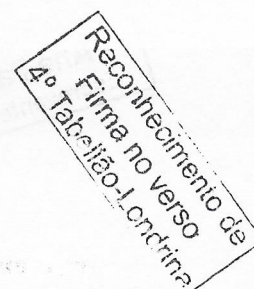
Prezados(as) Senhores(as),


Declaro, em observação ao disposto no quadro da Relação Nominal dos Profissionais Designados (Anexo nº10), caso a proponente **Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME** inscrita no CNPJ sob o nº 80.921.489/0001-73, sediada na Avenida Higienópolis nº 32 na cidade de Londrina – PR, seja vencedora da licitação em epígrafe, que integrarei a equipe técnica para execução dos serviços objeto da mesma e que não mantenho com terceiros contratos de trabalho com dedicação exclusiva.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Londrina, 09 de agosto de 2021.

  
Agenor Martins Junior  
RG nº 325558 SESP MS  
CAU nº A13861-4  
Facilitador



  
Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME  
Carlos Rogério Pereira Martins  
CPF: 042.614.189-08- RG: 8.409.363-7 –SSP-PR  
Representante legal.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESIGNADOS, exceto o(a) coordenador(a).

Anexo nº 12.

À

Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.

Presidente da CPL e equipe de apoio.

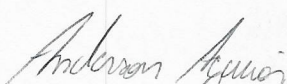
REF.: Concorrência nº 01/2021 - SJP

Prezados(as) Senhores(as),

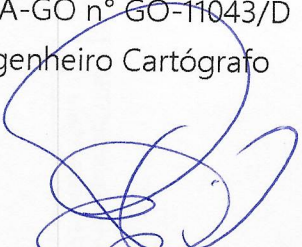
Declaro, em observação ao disposto no quadro da Relação Nominal dos Profissionais Designados (Anexo nº10), caso a proponente Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o nº 80.921.489/0001-73, sediada na Avenida Higienópolis nº 32 na cidade de Londrina – PR, seja vencedora da licitação em epígrafe, que integrarei a equipe técnica para execução dos serviços objeto da mesma e que não mantenho com terceiros contratos de trabalho com dedicação exclusiva.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Londrina, 05 de agosto de 2021.

  
Anderson Araujo de Aguiar  
RG nº 65469626/PR  
CREA-GO nº GO-11043/D  
Engenheiro Cartógrafo



  
Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME  
Carlos Rogério Pereira Martins  
CPF: 042.614.189-08- RG: 8.409.363-7 –SSP-PR  
Representante legal.

Reconhecimento de  
Firma no verso  
4º Tabelião - Londrina

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS**  
Anexo nº03.

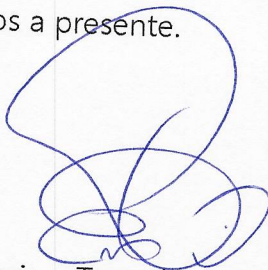
À  
Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.  
Presidente da CPL e equipe de apoio.  
REF.: Concorrência nº 01/2021 - SJP

Prezados(as) Senhores(as),

O signatário da presente, o senhor Carlos Rogério Pereira Martins, representante legalmente constituído da proponente Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME, declara que recebeu toda a documentação e tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias à execução do objeto da licitação em epígrafe, inclusive a documentação relacionada no item 6 do Edital em apreço.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Londrina, 06 de agosto de 2021.



Maptriz Consultoria e Tecnologia LTDA-ME  
Carlos Rogério Pereira Martins  
CPF: 042.614.189-08- RG: 8.409.363-7 -SSP-PR  
Representante legal.



**COORDENADOR GERAL**  
**José Roberto Hoffmann**



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
E AGRONOMIA DO PARANÁ

## Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **83242/2021**

Validade: 15/01/2022

Nome Civil: JOSÉ ROBERTO HOFFMANN

Carteira - CREA-PR Nº :PR-6125/D

Registro Nacional : 1701467690

Registrado(a) desde : 08/08/1977

Filiação : JOÃO POLLI HOFFMANN

OLÍDIA DALDEGAN HOFFMANN

Data de Nascimento : 15/11/1952

Carteira de Identidade : 826996

Naturalidade : PONTA GROSSA/PR

CPF : 18574971987

Título: ENGENHEIRO CIVIL

SETOR DE TECNOLOGIA-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Data da Colação de Grau : 14/12/1976

Diplomação : 14/12/1976

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 29º de 11/12/1933

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2021.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 213121/2021.

Emitida via Internet em 19/07/2021 10:52:00

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

0038

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.370-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dom Elvino - João Pessoa/PB - CEP 53035-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3344-5404 - Fax: (33) 3344-5404

**Autenticação Digital**

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 109660603200949590025-1; Data: 06/03/2020 09:51:00**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJV79636-SEUF;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56

Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti  
Tribunal Confirma os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



República Federativa do Brasil  
Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
Carteira de Identidade Profissional

**CREA-PR**  
Registro Crea Nº  
PR-6125/D

Nome  
**JOSE ROBERTO HOFFMANN**

Data do Registro no Crea-PR  
08/08/1977

Título Profissional  
**ENGENHEIRO CIVIL**

Registro Nacional  
1701467690  
Data de Emissão  
18/12/2017

Presidente do Crea-PR

Presidente do Cofea

Vale como Documento de Identificação em todo o território nacional e em Países, conforme o § 2º do art. 5º da Lei nº 5.194 de 1966 e Lei nº 6.256 de 07/05/75.

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estrelas - João Pessoa/PB - CEP 58030-400 - www.azevedobastosnotas.br - Tel.: (35) 3141-9444 - Fax: (35) 3144-9444

**Autenticação Digital**

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

**Cód. Autenticação: 109660603200949590025-2; Data: 06/03/2020 09:51:00**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJV79635-G9ZX;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56

Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti  
Título

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



República Federativa do Brasil  
Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
Carteira de Identidade Profissional

**Nome**  
JOSE ROBERTO HOFFMANN

**Filiação**  
OLÍDIA DALDEGAN HOFFMANN  
JOÃO POLLI HOFFMANN

**Nascimento** **CPF** **Doc. de Identidade**  
15/11/1952 185.749.719-87 826996 SSP-PR

**Nacionalidade**  
BRASILEIRA

**Naturalidade**  
PONTA GROSSA PR

**Tipo Sang.** **Título de Eleitor**  
013292050647

**PIS/PASEP**

**Crea de Registro**  
**CREA-PR**

**Assinatura do Profissional**

**CONFEA** **CREA**

**QR Code**

rrr

g

em

10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **06/08/2021 16:34:28 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 109660603200949590025-1 a 109660603200949590025-2

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b0cb64b8353ef511d53acc440cdd7524c0a932f8272108194ec62a4a49edf1de15c56bca94ec4fbd17ed0f7507889bd31a2  
249681547227a530f6d0b62a6af5a9



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



0041



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

4248/2020

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional JOSÉ ROBERTO HOFFMANN referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JOSÉ ROBERTO HOFFMANN**

RNP: 1701467690

Registro: **PR-6125/D**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **20192864851** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**  
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 24/06/2019 Baixada em: 26/06/2020 Forma de registro: Inicial  
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**

Contratante: **MUNICÍPIO DE ASTORGA** CNPJ: **75.743.377/0001-30**

Rua: **AVENIDA DOUTOR JOSÉ S. AZEVEDO** Nº: 48

Complemento: **Bairro: CENTRO**

Cidade: **ASTORGA** UF: **PR** CEP: **86730-000**

Contrato: **48/2018** celebrado em **20/06/2018**

Valor do contrato: **R\$ 160.000,00** Tipo de contratante: **Não informado**

Dimensão: **435,99** Unidade de Medida: **KM2**

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: **AVENIDA DOUTOR JOSÉ S. AZEVEDO** Nº: 48

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **ASTORGA**

UF: **PR**

CEP: **86730-000**

Data de início: **20/06/2018** Conclusão efetiva: **20/12/2019** Coordenadas Geográficas: **-23,226035 x -51,663836**

Finalidade: **Outro**

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO**, Área de Competência: **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **SUPERVISÃO / COORDENAÇÃO / ORIENTAÇÃO**, Serviço Contratado: **OUTROS, SUPERVISÃO/COORD/ORIENTAÇÃO**

**Observações:**

COORDENAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, COM TODAS AS SUAS ETAPAS COMPREENDENDO AS SEGUINTE ATIVIDADES, INCLUINDO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PERTINENTES, AFINS E CORRELATOS: - FASE 1: MOBILIZAÇÃO: A) CRONOGRAMA FÍSICO; B) METODOLOGIA DE TRABALHO; C) PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO; FASE 2: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA (PARTE I) A) ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS; B) USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO; C) CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS; FASE 3: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA (PARTE II) A) USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS; B) EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS;

**Verso da ART:**

FASE 4: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA (PARTE III) A) CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS; B) CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA; C) CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO; D) ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES; E) SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA; F) OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL; FASE 5: DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL: (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL; PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL; INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS; FASE 6: PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO PAI E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM: A) PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO - PAI; B) INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM; C) SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDM; D) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; UNIDADES DO PROJETO- POPULAÇÃO DE 26.196 HABITANTES ÁREA DE 435,99 KM². ESTA ART ESTÁ VINCULADA À RRT 7127042.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

0042

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 17875672020.

CAT nº 4248/2020 de 01/07/2020, página 1 de 9



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA-PR**

Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado

**4248/2020**

Atividade concluída

**Observações da certidão:**

O atestado apresentado não atende aos itens mínimos previstos no anexo IV da Resolução 1.025/2009 do Confea, pois não consta o RNP - Registro Nacional Profissional do Engenheiro em questão e do Engenheiro Signatário da contratante. Também não consta o CPF do emitente. O atestado está registrado apenas para atividades técnicas desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil. O Crea-PR certifica os dados constantes da ART.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 7 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 4248/2020**

**02/07/2020 10:26**

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 178756/2020.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br> / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 178756/2020.

CAT nº 4248/2020 de 01/07/2020, página 2 de 9



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

[www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0043



# Município de Astorga

Estado do Paraná



## ATESTADO TÉCNICO

O **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.743.377/0001-30, com sede na Av. Dr. José Soares de Azevedo, 48, Centro, **ATESTA** que a empresa **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 04.915.134/0001-93, com sede na Avenida Higienópolis, 32, 4º Andar, Centro, Londrina, Estado do Paraná, executou para este município a revisão do **Plano Diretor Municipal**, sendo elaborado em conformidade com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, tendo como órgão fiscalizador o **PARANACIDADE**, compreendendo as seguintes atividades:

**CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO:** i) População estimada [2019] – 26.111 pessoas; ii) População no último censo [2010] – 24.698 pessoas; iii) Área territorial [2018] – 434,792 km². Fonte: IBGE.

**DADOS DO CONTRATO:** i) Contrato nº 048/2018; ii) Tomada de Preços nº 001/2018; iii) **Início dos trabalhos em 20/06/2018 e conclusão em 20/12/2019.**

**1. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – PDM**, visa definir objetivos, diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, observando: a) Lei Orgânica do Município; b) Planos Setoriais do Governo do Estado; c) Plano de Desenvolvimento Regional em que o Município se insere; d) Estatuto da Metrópole (Lei Federal n.º 13.089/2015); e) Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal; f) Agenda 21 para o Estado do Paraná; g) Recomendações das Conferências das Cidades.

1.1 Estatuto da Cidade, com destaque para o artigo 2º na garantia: a) do direito à cidade sustentável, que compreende os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer; e; b) da gestão democrática, que compreende a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

## 2. FASES DA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL:

### 1ª FASE – MOBILIZAÇÃO.

#### 2.1 Cronograma físico.

i) Elaboração do cronograma físico de trabalho, com base nas atividades, produtos previstos no Termo de Referência, identificando obrigatoriamente as fases e respectivos itens, participantes, responsáveis e datas para entrega dos produtos, realização de reuniões técnicas de capacitação, preparatórias, consolidação e coordenação além de oficinas, audiências públicas e conferência de revisão do Plano Diretor Municipal;

#### 2.2 Metodologia de trabalho.

i) Definir, justificar e apresentar os métodos e técnicas que foram adotados para a execução das atividades e eventos integrantes dos itens 2 (dois) e 3 (três) do Termo de Referência;

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 178756/2020.

CAT nº 4248/2020 de 01/07/2020, página 3 de 9



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná  
Instituído em 1962



# Município de Astorga

Estado do Paraná



## 2.3 Planejamento e gestão urbana do município.

i) Avaliação da capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana no que se refere aos seguintes aspectos:

- a) Objetivos, diretrizes e proposições do PDM vigente;
- b) Implementação do Plano de Ação e Investimentos - PAI;
- c) Regulamentação da legislação urbanística vigente;
- d) Implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- e) Atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo para fins urbanos, edificações e obras, e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais;
- f) Provisão de infraestrutura e equipamentos, e prestação de serviços públicos;
- g) Sistema de planejamento e gestão do PDM vigente; e,
- h) Desempenho do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

## 2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA: PARTE 1.

### 2.4 Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos.

i) Mapeamento das áreas do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana (sejam internas ou externas ao perímetro urbano), visando à identificação das restrições ambientais e associadas às infraestruturas, equipamentos e serviços públicos tendo em vista o uso e ocupação antrópica;

### 2.5 Uso e ocupação atual do solo.

i) Mapeamento do uso e ocupação atual do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas e áreas de expansão urbana, a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens, fotos e levantamento de campo;

### 2.6 Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.

i) Avaliação e adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial - atual e futura - das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos para definição de soluções específicas para garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental e ao lazer.

## 3ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA: PARTE 2.

### 2.7 Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.

i) A partir dos resultados das atividades 2.4, 2.5 e 2.6, foram avaliados a adequação de uso e ocupação atual do território municipal assim como a pertinência da legislação vigente (lei de perímetro urbano e de expansão da área urbana, lei de parcelamento, lei de uso e ocupação do solo urbano e lei do sistema viário e outras leis pertinentes), em relação às capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas das áreas do território municipal;

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 178756/2020.

CAT nº 4248/2020 de 01/07/2020, página 4 de 9



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná



# Município de Astorga

Estado do Paraná



## 2.8 Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.

i) Avaliação a adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana sejam internas ou externas ao perímetro urbano, considerando as respectivas capacidades de suporte ambiental e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, frente às dinâmicas - atuais e futuras - demográfica, imobiliária e das principais ou potenciais atividades produtivas do município;

## 4ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA: PARTE 3.

### 2.9 Condições gerais de moradia e fundiárias.

i) A partir dos resultados da atividade 2.6 e das condições socioeconômicas da população urbana, foram avaliados a regularidade fundiária e suas condições de moradia para definição de soluções específicas para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

### 2.10 Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana.

i) Avaliação e adequação atual e futura:

- Do sistema viário básico;
- Do sistema de transporte coletivo;
- Do deslocamento individual não motorizado, ambos em relação às necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho; e,
- Do deslocamento motorizado de cargas e serviços, para definição de soluções específicas de forma a garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer.

### 2.11 Capacidade de investimento do município.

i) Avaliação da capacidade de investimento, atual e futura, do município visando à implementação do PDM a ser expresso no Plano de Ação e Investimento – PAI do PDM;

### 2.12 Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes.

i) Identificação dos conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano de forma direta e avaliação das respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação;

### 2.13 Síntese da Análise Temática Integrada.

i) Sistematização dos resultados obtidos das atividades 2.4 a 2.12, de modo a indicar a definição de objetivos, diretrizes e propostas para uma cidade sustentável;

### 2.14 Objetivos para o desenvolvimento municipal.

i) A partir da síntese da Análise Temática Integrada, item 2.13, foram definidos os objetivos para o desenvolvimento municipal visando à garantia dos direitos citados no item 1.1.

## 5ª FASE – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL.

### 2.15 (Re)ordenamento territorial.

i) Definição de diretrizes de (re)ordenamento territorial, considerando a realidade diagnóstica e os objetivos definidos, compreendendo macrozoneamento municipal, perímetro urbano e áreas de expansão urbana, macrozoneamento urbano, uso e ocupação do solo e zone-

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 178756/2020.

CAT nº 4248/2020 de 01/07/2020, página 5 de 9





# Município de Astorga

Estado do Paraná



amento – com destaque das áreas para o desenvolvimento de atividades econômicas, sistema viário e parcelamento do solo urbano;

## 2.16 Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável.

i) Definição de propostas específicas, incluindo localização, considerando a realidade diagnosticada e os objetivos e diretrizes definidos, de forma a garantir os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer;

## 2.17 Instrumentos urbanísticos.

i) Definição dos instrumentos urbanísticos - dentre os previstos no Estatuto da Cidade e outros como concessão especial para fins de moradia, concessão do direito real de uso, de marcação urbanística - que devem ser utilizados para intervir na realidade local conforme os objetivos, diretrizes e propostas definidas, visando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Juntamente com a definição destes instrumentos, deve ser feita a demarcação das áreas onde os mesmos serão aplicados.

## 6ª FASE – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM.

### 2.18 Plano de Ação e Investimento - PAI.

i) Definição das ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM, considerando as atividades das Fases anteriores, com identificação para cada ação ou investimento de: a) Responsável; b) Dimensão; c) Objetivo; d) Localização; e) Meta (prevista e realizada); f) Custo; g) Prazo; h) Indicador de resultado; e i) Fontes de recursos.

### 2.19 Institucionalização do PDM.

i) Elaboração de minutas de anteprojeto de revisão dos seguintes instrumentos jurídicos, acompanhados de mapas, quando for o caso, em escala apropriada, abrangendo:

a. Lei do Plano Diretor Municipal que disponha, onde são estabelecidas as diretrizes gerais do plano, incluindo:

✓ Macrozoneamento urbano e rural (mapa com a organização espacial), articulada à inserção ambiental englobando o uso, o parcelamento e a ocupação do território, a infraestrutura e os equipamentos sociais;

✓ Planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, definindo os instrumentos que auxiliarão o Poder Municipal na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento;

✓ Sistema de acompanhamento e controle do plano.

b. Anteprojeto de lei do perímetro urbano, e do perímetro de expansão urbana, se for o caso, onde o Município proverá os espaços de equipamentos e serviços, bem como exercer o seu poder de polícia e de tributação municipal;

c. Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano, em conformidade com a Lei Federal n.º 6766/79 e suas alterações, definindo os procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos: tamanho mínimo dos lotes, a infraestrutura que o loteador deverá implantar bem como o prazo estabelecido para tal, a parcela que deve ser doada ao poder público com a definição do seu uso (assegurando ao Município a escolha das áreas mais adequadas), a definição das áreas prioritárias e das áreas impróprias ao parcelamento, proposição de áreas para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS), faixas de servidões, faixas de proteção, faixas de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local;

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 178756/2020.

CAT n.º 4248/2020 de 01/07/2020, página 6 de 9





# Município de Astorga

Estado do Paraná



- d. Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, com mapa anexo, o qual divide o território do Município em zonas e áreas, define a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura existente e das condicionantes ambientais. A definição dos parâmetros urbanísticos mínimo, básico e máximo deve se embasar na capacidade de suporte das infraestruturas urbanas existentes ou projetadas, no caso das áreas urbanas, e nas condicionantes ambientais e proteção de infraestrutura no caso de áreas rurais;
- e. Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras regulamentando as normas edilícias no Município;
- f. Anteprojeto de Lei do Sistema Viário, hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como as diretrizes viárias para os novos parcelamentos;
- g. Anteprojeto de Lei de condomínios horizontais e verticais;
- h. Anteprojeto de Lei de regulamentação do direito de preempção;
- i. Anteprojeto de Lei de regulamentação de outorga onerosa do direito de construir;
- j. Anteprojeto de Lei de regulamentação da transferência do direito de construir;
- k. Anteprojeto de Lei de regulamentação do estudo de impacto de vizinhança.

### 3. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E CAPACITAÇÃO TÉCNICA:

- i) Realização e apresentação em Audiência Pública os resultados da revisão do PDM; Capacitação da Equipe Técnica envolvendo os principais pontos necessários de revisão do PDM e a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 1787662020.

CAT nº 4248/2020 de 01/07/2020, página 7 de 9





# Município de Astorga

Estado do Paraná




Atestamos ainda, que os trabalhos atingiram os resultados esperados por este Município e foram desenvolvidos pela seguinte Equipe Técnica Multidisciplinar da DRZ:

Equipe Principal	
Profissional	Responsabilidades
<b>Humberto Leal Carneiro</b> Arquiteto e Urbanista CAU A49147-0	Coordenação geral dos trabalhos, atuando em todas as fases da revisão do PDM.
<b>José Roberto Hoffmann</b> Engenheiro Civil CREA-PR 6125/D	Coordenador da equipe técnica multidisciplinar, atuando em todas as fases da revisão do PDM.
<b>Demétrius Coelho Souza</b> Advogado OAB-PR 24.363	Análise e diagnóstico da legislação urbanística existente e proposição e produção de minutas de novas ou alterações de Leis.
<b>Nilce Mary Turcatti Folle</b> Bióloga - CRBio nº: 25363/07-D e; <b>Cynthia Aparecida Leal Boiça</b> Bióloga - CRBio nº 77.071/07-D	Serviços técnicos de Biologia, atuando em todas as fases nos temas ambientais que envolveram fauna e flora do município.
<b>Talita Soares Leite</b> , Socióloga; <b>Erika Patrícia de Fatima Pelegrino Amim</b> , Comunicação Social; <b>Cláudia Leocádio Dias</b> , Assistente Social CRESS-MG 4013	Processo de mobilização social, metodologia e forma de comunicação com os atores e comunidade local; Facilitação e Diagramação.
<b>Paulo Roberto Santana Borges</b> , Economista CORECON-PR 3.192-5; <b>Carlos Rogério Pereira Martins</b> , Administrador de Empresas CRA-PR 24.528; <b>Agostinho de Rezende</b> Administrador de Empresas CRA-PR 6.459	Economia local e regional, indicadores e cenários, análise econômico financeiro e capacidade de investimentos, Plano de Ações e Investimentos e compatibilização com PPA, LDO e LOA.
Equipe de Apoio	
Profissional	Responsabilidades
<b>Marina Machado de Rezende</b>	Arquiteta e Urbanista
<b>Augusto Fernando Peixoto de Assis</b>	Assistente de Arquitetura e Urbanismo
<b>Alindomar Lacerda Silva</b>	Assistente de Geoprocessamento

CONHECIDA

FIRMA RECONHECIDA

Astorga, 20 de dezembro de 2019.

  
**Antonio Carlos Lopes**  
Prefeito Municipal

  
**Alexandre Orestes Gonçalves**  
Engº Civil CREA nº 50683-D/PR



A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 178756/2020.

CAT nº 4248/2020 de 01/07/2020, página 9 de 9



0050

**TABELIONATO DE NOTAS - COMARCA DE ASTORGA**  
Av. Presidente Epitácio, nº 278 - Centro - Astorga - PR - CEP 86730-000  
E-mail: tabastorga@hotmail.com - Fone: (44) 3234-3133

QR Code: **Gju6Y.sUWYy.MZNk9 - KhfOC.YxaV9**  
Consulte o selo em <http://www.funarpn.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:  
**1587 - ANTONIO CARLOS LOPES e 3419 -**  
**ALEXANDRE ORESTES GONÇALVES** do que ficou fé, em  
test. da Verdade.

Astorga, 21 de Fevereiro de 2020

*[Assinatura]*  
Fabiana Reis de Carvalho - Escrevente.



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA-PR**

Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

**1316/2021**

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional JOSÉ ROBERTO HOFFMANN referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JOSÉ ROBERTO HOFFMANN**

RNP: 1701467690

Registro: **PR-6125/D**

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **20190577898** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO  
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 08/02/2019 Baixada em: 10/03/2021 Forma de registro: Inicial  
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**

Contratante: **MUNICÍPIO DE APUCARANA** CNPJ: 75.771.253/0001-68

Rua: PRAÇA PRESIDENTE KENNEDY Nº: S/N

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: APUCARANA UF: PR CEP: 86800-235

Contrato: 164/2018 celebrado em 29/11/2018

Valor do contrato: R\$ 380.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Dimensão: 558,39 Unidade de Medida: KM2

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: PRAÇA PRESIDENTE KENNEDY Nº: S/N

Bairro: CENTRO

Cidade: APUCARANA

UF: PR

CEP: 86800-235

Coordenadas Geográficas: -23,553464 x -51,467384

Data de início: 29/11/2018 Conclusão efetiva: 09/02/2021

Finalidade: Outro

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 80629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 1 de 11



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

[www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

0051



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado

1316/2021

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Atividade concluída

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, Atividade Técnica: **ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES**, Área de Competência: **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **SUPERVISÃO / COORDENAÇÃO / ORIENTAÇÃO**, Serviço Contratado: **SUPERVISÃO/COORD/ORIENTAÇÃO**

**Observações:**

SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DA EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR DE CONSULTORIA DA DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. CONTRATADA PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E LEIS CORRELATAS, EM OBSERVÂNCIA À LEI FEDERAL Nº 10.257/2001 E LEI ESTADUAL Nº 15.229/2006, PARA COMPREENDENDO AS SEGUINTE ATIVIDADES:

FASE 1 – MOBILIZAÇÃO: CRONOGRAMA FÍSICO, METODOLOGIA DE TRABALHO, PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO.

**Verso da ART:**

FASE 2 – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA: ANÁLISE DA INSERÇÃO E CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DO MUNICÍPIO, CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA; CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE AMBIENTAL; CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO; CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS ASPECTOS FUNDIÁRIOS; INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS URBANOS E RURAIS; CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS; MOBILIDADE; PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, PAISAGÍSTICO E ARQUEOLÓGICO; CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE AGROPECUÁRIA E ALIMENTAR; TURISMO; ANÁLISE LEGISLATIVA; AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES; CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO; USO E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS E A MOBILIDADE URBANA. EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS E A MOBILIDADE URBANA.

FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL: DIRETRIZES PARA O (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL; PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL; INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS; ESTABELECIMENTOS DE UMA SISTEMÁTICA PERMANENTE E PARTICIPATIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL.

FASE 4 – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO (PAI) E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM: PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO; INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL; SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDM; ESTRUTURA ORGANIZACIONAL; ESTRATÉGIA DE AÇÃO.

A CONSULTORIA DESENVOLVERÁ AS ATIVIDADES E ELABORARÁ OS PRODUTOS CONSTANTES DAS ETAPAS DOS PLANOS, RESPEITANDO A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E DO CONSELHO MUNICIPAL PERTINENTE. UNIDADES DO PROJETO: POPULAÇÃO - 120.919 (CENSO IBGE 2010); ÁREA TERRITORIAL - 558,389 KM².

**Observações da certidão:**

O Atestado apresentado não atende aos itens mínimos previstos no anexo IV da Resolução nº 1.025/2009 do Confea, pois não consta o RNP - Registro Nacional Profissional do Engenheiro em questão e do Engenheiro Signatário da contratante que também não consta o seu CPF, mas foi possível identificá-los através do cadastro do Crea/Confea a veracidade das informações. O atestado está registrado apenas para atividades técnicas desenvolvidas de acordo com as atribuições do profissional na área da Engenharia Civil. O Crea-PR certifica os dados constantes da ART.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 9 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1316/2021

17/03/2021 10:20

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 80629/2021.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

[www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná



A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br> / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 80629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 2 de 11



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

0052



## Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25  
CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)



### ATESTADO TÉCNICO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.771.253/0001-68, com sede no Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25, Centro, **ATESTA** que a empresa **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ nº 04.915.134/0001-93, com sede na Avenida Higienópolis, 32, 4º Andar, Centro, Londrina, Estado do Paraná, executou para este município a **Revisão e Atualização do Plano Diretor Municipal**, sendo elaborado em conformidade com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, tendo como órgão fiscalizador o PARANACIDADE, compreendendo as seguintes atividades:

**CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO:** i) População no último censo [2010] – 120.919 pessoas; ii) Área territorial [2019] – 558,389 km². Fonte: IBGE; iii) Municípios limítrofes: Arapongas, Cambira, Califórnia, Marilândia do Sul, Rio Bom, Novo Itacolomi, Mandaguari, Londrina e Sabáudia.

**DADOS DO CONTRATO:** i) Contrato nº 170/2018; ii) Concorrência Pública nº 19/2018-PMA; iii) **Início dos trabalhos em 29/11/2018 e conclusão em 09/02/2021.**

### REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL:

#### FASE I – MOBILIZAÇÃO:

**Cronograma físico:** Elaboração e pactuação com a equipe técnica municipal (ETM) do cronograma físico de execução, contendo todas as etapas, fases e produtos, com definição dos responsáveis, datas de início e término de cada atividades, incluindo todas as atividades de mobilização (reuniões técnicas de capacitação, preparatórias, oficinas, audiências públicas, conferência e consolidação final;

**Metodologia de trabalho:** Desenvolvimento e aplicação da metodologia alicerçada na ideia do Plano Diretor como um Marco de referência para a política de desenvolvimento municipal com base na gestão democrática, dando as diretrizes necessárias para o modo de produção do espaço urbano/rural, considerando as dimensões socioeconômicas, territorial/ambiental e institucional do município e sua inserção nas esferas regional e metropolitana, de modo a garantir: a promoção de debates entre técnicos das esferas Municipal, Federal e Estadual; promover audiências públicas e debates com a participação de todos os segmentos da sociedade civil; publicidade e acesso quando aos documentos produzidos em todas as fases da revisão do Plano Diretor Municipal

#### FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA.

##### PARTE 1:

Com apoio em informações quantitativas e qualitativas, o levantamento de dados primários e secundários, análise e mapeamento georreferenciado e análise do território municipal, foram abordados os seguintes aspectos:

##### Análise da inserção e características regionais do município:

a) o vínculo entre o município e sua inserção no Estado, considerando os demais municípios, sendo circunvizinhos ou não; b) com relação aos municípios vizinhos, o parcelamento e o controle do uso do solo, a compatibilidade dos usos lindeiros, a infraestrutura e os serviços comuns de transporte e mobilidade, saneamento, habitação e uso dos equipamentos públicos; c) identificação, localização e caracterização das atuais condições da infraestrutura de acesso ao município pelos diferentes modos de transporte; d) caracterização da participação na economia regional; e) identificação do papel do município na rede urbana brasileira; f) identificação de vetores de crescimento e tendências de conurbação entre Apucarana e os municípios vizinhos, incluindo os distritos; g) meio ambiente e saneamento metropolitano, sendo: integração das redes de água, esgoto e macrodrenagem; proteção de

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 80629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 3 de 11



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

0053



## Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25

CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)



mananciais para abastecimento de água; criação e manutenção de unidades de conservação; processo de licenciamento e monitoramento ambiental; e coleta, tratamento e destinação final conjunta de resíduos sólidos.

### Caracterização e análise socioeconômica:

Caracterização da dinâmica econômica, o perfil produtivo, as atividades predominantes e os indicadores de trabalho e renda, os aspectos demográficos na área urbana e rural, sendo: a) avaliação de dados referentes à população (total, urbana, rural), taxa de crescimento, evolução, pirâmide etária, distribuição da população por faixa etária no território, migração, população em situação de rua, famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, condições de saúde e educação/escolaridade, consumo de água e energia; b) geração de valor: emprego e renda, perfil produtivo, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo), população economicamente ativa, finanças públicas, empreendedorismo; c) oferta de serviços públicos (capacidade x demanda): saúde, educação, assistência social, segurança, esporte, lazer e cultura; d) infraestrutura: transporte e mobilidade, energia elétrica e iluminação pública, telefonia fixa e móvel, saneamento, habitação, transmissão de dados, fibra ótica, drenagem urbana, pavimentação, calçadas, equipamentos esportivos; e) dados sociais: saúde, educação, assistência social, moradia e outros; f) desenvolvimento humano: IDHM, índice FIRJAN, índice de GINI; g) dinâmica demográfica: número de habitantes do município, projeção populacional para os 10, 20 e 30 anos; h) caracterização do potencial turístico do município, incluindo os recursos naturais; i) caracterização do potencial dos setores primários, secundários e terciários do município; j) caracterização do potencial logístico do município, incluindo aeroporto, ferrovias e rodovias; k) principais polos e empresas empregadoras no município; l) análise do diagnóstico social da criança e do adolescente e do diagnóstico social dos idosos; m) indicadores de segurança pública e justiça; n) análise da densidade demográfica, densidade urbana e residencial (líquida e bruta); o) caracterização do potencial esportivo do município.

### Caracterização e análise ambiental.

Caracterização, mapeamento e análise dos aspectos ambientais: geológicos, geomorfológicos, geotécnicos, climáticos (chuva, temperatura, direção predominante dos ventos), pedológicos, hidrográficos/hidrológicos, flora e fauna. levantamento do patrimônio natural, as áreas verdes relevantes e as áreas protegidas pela legislação (municipal, estadual e federal);

### Caracterização e análise do uso e ocupação atual do solo.

Levantamento do histórico da ocupação do município, análise da produção do espaço urbano (incluindo os distritos) e rural, mapeamento e análise do uso e ocupação atual do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas, áreas de expansão urbana e nas áreas urbanizadas da zona rural, a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens, fotos ou levantamento de campo, análise do desenho e a paisagem urbana (verticalização, condomínios e loteamentos fechados, industriais etc.)

### Caracterização e análise dos aspectos fundiários.

Caracterização, mapeamento e análise das condições gerais fundiárias e de moradia a partir das condições socioeconômicas da população urbana, para definição de soluções específicas para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental, compreendendo:

a) caracterização e mapeamento do parcelamento do solo urbano; b) identificação das ocupações irregulares e/ou clandestinas; c) loteamentos regulares; d) loteamentos aprovados e não implementados; e) loteamentos aprovados e não registrados; f) condomínios horizontais e os loteamentos fechados existentes e em tramitação, na área urbana e rural; g) glebas, vazios urbanos e lotes vazios; h) comunidades e assentamentos rurais; i) plantas genéricas de valores do município; j) questão habitacional, especialmente o déficit habitacional; k) identificação da distribuição dos lotes de acordo com seu tamanho/área.

### Infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos e rurais.

Identificação, caracterização, mapeamento e análise da capacidade de atendimento, a abrangência e a distribuição espacial dos equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social, assistência à mulher, lazer, cultura, esporte, segurança, avaliando as condições de infraestrutura urbana (iluminação pública, redes de eletricidade, de comunicação, sistema de água e de coleta de esgoto, dre-

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 80629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 4 de 11



0054



## Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25  
CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)



nagem urbana e destinação dos resíduos sólidos), mapeando as linhas de alta-tensão e as linhas férreas. avaliando a tendência do aumento da demanda segundo setores censitários, alvarás, parcelamentos, localização de atividades produtivas e tendências de ocupação, apresentando a situação atual e a evolução para 10, 20 e 30 anos em mapas e relatórios área urbana e rural.

### Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.

Apresentação e análise das informações e mapeamento dos equipamentos públicos, do abastecimento de água, do destino de esgoto e do destino do lixo:

- avaliação e adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial, atual e futura, das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos para definição de soluções específicas para garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental, ao esporte e ao lazer;
- apresentação e análise da relação entre os equipamentos urbanos, os espaços públicos e a população que estuda, trabalha e/ou reside em Apucarana, à população em situação de vulnerabilidade social, a população em situação de rua, a população em passagem (indígena, ciganos, entre outros), bem como sua dinâmica com a cidade. Avaliando a origem e o destino para identificação do fluxo.

### Mobilidade (urbana, rural e regional).

Identificação, caracterização, mapeamento e análise das condições gerais de mobilidade atual e sua evolução, adequando ao plano de mobilidade urbana existente, principalmente:

- sistema viário existente, incluindo a localização de vias pavimentadas (com o tipo de pavimento) e não pavimentadas;
- áreas atendidas e não atendidas pelo transporte público (deficiência no transporte coletivo rural e urbano);
- condições de acessibilidade universal;
- deslocamento motorizado de cargas e serviços;
- avaliação da infraestrutura viária (condições de pavimentação), equipamentos, acessos, principais estacionamentos, terminais;
- avaliação da capacidade do transporte coletivo em relação à demanda (necessidade de deslocamento da população), circulação de pessoas inclusive transporte coletivo de empregados de empresas e transporte coletivo urbano, municipal e intermunicipal e também locais de grande densidade populacional (escolas, universidades, empresas, conjuntos habitacionais, entre outros);
- pontos críticos de acidentes de trânsito, frequência e grau de periculosidade;
- hierarquia do sistema viário em relação ao uso e ocupação do solo e dos principais polos geradores de tráfego;
- locais de gargalos e congestionamentos de circulação;
- deficiência e irregularidade de estacionamentos;
- adensamento demográfico incompatível com o viário;
- pólos geradores de tráfego fixos e itinerantes ou eventuais (escolas, supermercados, centros comerciais, shoppings centers, feiras etc.) em locais que comprometem a segurança e o desempenho do sistema viário;
- condições de segurança para a travessia de pedestres;
- condições das calçadas, deficiência/ausência de tratamento para pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com deficiência;
- ciclovias e ciclofaixas existentes, condições de segurança para trânsito de ciclistas/demanda;
- acessibilidade a espaços centrais, centro de bairro e equipamentos públicos de grande porte, espaços de cultura, esporte e lazer;
- em relação ao transporte coletivo urbano: itinerários e "pontos de paradas" de ônibus do serviço público; áreas servidas por ônibus; pontos de táxi ou lotação; transporte alternativo; e problemas relativos à insuficiência do serviço, periodicidade, superlotação;
- transporte público agendado para pessoas com deficiência;
- sistema de transporte ferroviário avaliando os pontos críticos;
- capacidade de infraestruturas e transportes aeroviários (cargas e pessoas);
- compatibilização com o plano municipal de mobilidade urbana.

### Patrimônio histórico-cultural, paisagístico e arqueológico.

Caracterização, mapeamento e análise dos bens históricos e culturais tombados, em processo de tombamento e com interesse de tombamento, identificar outros bens de interesse de preservação, caracterização da atual política de preservação do patrimônio municipal, identificação de potenciais instrumentos urbanísticos para a preservação do patrimônio, levantamento da legislação vigente (leis, decretos, portarias), para isso, deve ser realizado:

- o levantamento de imóveis tombados e de interesse para o tombamento, considerando as condições físicas, necessidades e tipos de restauração;
- os monumentos naturais e de relevância cênica foram catalogados e analisados a partir de sua inserção urbana quanto às interferências visuais e pontos focais relevantes;
- a análise da legislação municipal e elaboração propostas de revisão no contexto PDM.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 88629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 5 de 11



0055



## Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25  
CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)



o registro atualizado e identificado em plantas em escala adequada, tendo como referências as fotografias aéreas e bases cartográficas municipais, além de foto do imóvel e fatos históricos oriundos ao imóvel ou sítio arqueológico.

### Caracterização e análise agropecuária e alimentar.

identificação, caracterização e mapeamento:

a) atividades agrícolas e pecuárias e sua organização no meio rural; b) desenvolvimento rural do município; c) indicadores socioeconômicos da área rural; d) condições gerais de segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, programa de aquisição de alimentos – PAA, programa nacional de alimentação escolar – PNAE, agricultura urbana (hortas comunitárias), agricultura orgânica, entre outros; e) identificação de áreas do município para uso exclusivo da agricultura familiar; f) apresentação e análise referente à área de transição entre as zonas urbana e rural, o controle da produção e o uso de agroquímicos e de atividades potencialmente poluentes; g) compatibilização do plano diretor com o plano de desenvolvimento rural; h) atividades existentes e previsão de modificações, interligando-as à necessidade de escoamento da produção (delimitação); i) densidade da população rural em relação à região e tamanho da propriedade; j) as informações disponibilizadas no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

### Turismo.

identificação, caracterização, mapeamento e análise das atividades e os potenciais turísticos do município e a sua organização, com o direcionamento de tendências de expansão e crescimento: a) turismo natural ou ecoturismo; b) turismo rural; c) turismo histórico-cultural; d) turismo artístico-cultural; e) turismo de negócios; f) turismo de eventos; g) turismo cultural; h) turismo gastronômico; i) turismo “pedagógico”; j) turismo religioso; k) turismo esportivo; l) turismo de terceira idade.

### Análise Legislativa.

identificação das leis vigentes relativas às questões: territorial e urbana:

a) avaliação da sua pertinência, coerência e aplicabilidade, análise dos conteúdos, identificação de conflitos e identificação de carências de normas.

### Avaliação da estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes:

a) identificação dos conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano e rural de forma direta ou indireta e avaliação das respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação, bem como avaliação da necessidade de criação de novos conselhos e oportunidades de ampliação dos conselhos existentes.

### Capacidade de investimento do município.

Avaliação da capacidade de investimento, atual e futura, do município visando:

a) elaboração do plano de ações e investimentos – PAI;  
b) viabilização das diretrizes e propostas do PDM.

### (PARTE 2).

Construção de análises integradas e mapas síntese, a partir da relação entre os dados e características levantados na **parte 1** (leitura comunitária e técnica), compatibilizando com as políticas e planos setoriais, sendo:

**Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos e a mobilidade urbana,** a partir dos resultados obtidos na parte 1, foram avaliados:

a) a adequação de uso e ocupação atual do território municipal assim como a pertinência da legislação vigente (lei de perímetro urbano e de expansão da área urbana, lei de parcelamento, lei de uso e ocupação do solo urbano e lei do sistema viário e outras leis pertinentes), em relação às capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas das áreas do território municipal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 80629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 6 de 11



*[Handwritten signatures and initials]*

0056



## Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25

CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)



### Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos e a mobilidade urbana, avaliar:

a) adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana, sejam internas ou externas aos perímetros urbanos, considerando as respectivas capacidades de suporte ambiental e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, frente às dinâmicas, atuais e futuras, demográfica, imobiliária e das principais ou potenciais atividades produtivas do município.

### Condições gerais de moradia e fundiárias.

A partir dos resultados da **parte 1** e das condições socioeconômicas da população urbana, foram avaliadas:

a) a regularidade fundiária e suas condições de moradia para definição de soluções específicas para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

### PARTE 3.

#### Síntese da análise temática integrada.

Sistematização dos resultados obtidos das atividades, de modo a indicar a definição de objetivos, diretrizes e propostas para uma cidade sustentável.

#### Objetivos para o desenvolvimento municipal.

A partir da síntese da análise temática integrada, foi definido os objetivos para o desenvolvimento municipal visando à garantia do direito a cidade.

### FASE III – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

A partir do diagnóstico realizado na fase anterior, foi definido os eixos estratégicos que conduziram a revisão do Plano Diretor, por meio de diretrizes e proposições pensadas para curto, médio e longo prazo, a fim de transformar e melhorar a realidade identificada.

#### Diretrizes para o (re) ordenamento territorial.

Definição de diretrizes de (re) ordenamento territorial, considerando a realidade diagnosticada e os objetivos definidos, compreendendo:

a) macrozoneamento municipal; b) perímetros urbanos e áreas de expansão urbana; c) macrozoneamento urbano, uso e ocupação do solo e zoneamento com destaque das áreas para o desenvolvimento de atividades econômicas, sistema viário, mobilidade urbana e parcelamento do solo urbano.

#### Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável.

Definição de propostas específicas, incluindo localização e, considerando a realidade diagnosticada, os objetivos e diretrizes definidos e a racionalização dos usos das infraestruturas existentes, de forma a garantir:

a) os direitos à terra urbana; b) moradia; c) saneamento ambiental; d) infraestrutura urbana; e) mobilidade urbana sustentável; f) serviços públicos; g) trabalho e renda; h) educação; i) arte, cultura e entretenimento; j) esporte e lazer; k) saúde; l) assistência social.

#### Instrumentos urbanísticos.

Definição e avaliação de instrumentos urbanísticos, com base no estatuto da cidade:

i – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

ii – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

iii – planejamento municipal, em especial:

a) plano diretor; b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; c) zoneamento ambiental; d) plano plurianual; e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual; f) gestão orçamentária participativa; g) planos, programas e projetos setoriais; h) planos de desenvolvimento econômico e social; iv – institutos tributários e financeiros: a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU; b) contribuição de melhoria; c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 080629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 7 de 11



0057



# Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25  
CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)



v – institutos jurídicos e políticos:

a) desapropriação; b) servidão administrativa; c) limitações administrativas; d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; e) instituição de unidades de conservação; f) instituição de zonas especiais de interesse social; g) concessão de direito real de uso; h) concessão de uso especial para fins de moradia; i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; j) usucapião especial de imóvel urbano; k) direito de superfície; l) direito de preempção; m) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; n) transferência do direito de construir; o) operações urbanas consorciadas; p) regularização fundiária; q) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; r) referendo popular e plebiscito; s) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária (incluído pela lei nº 11.977, de 2009); t) legitimação de posse (incluído pela lei nº 11.977, de 2009).

## Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Estes instrumentos foram utilizados para intervir na realidade local conforme as diretrizes e propostas definidas para o (re) ordenamento territorial, visando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. com a definição destes instrumentos, por meio da definição e/ou demarcação das áreas onde estes serão aplicados, bem como definição dos critérios para aplicação.

## FASE IV – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO (PAI) E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM.

### Plano de ação e investimento – PAI.

Deverão constar estratégias para a criação ou atualização do sistema de implementação, acompanhamento, controle, avaliação e atualização permanente do plano diretor, estabelecendo as ações e investimentos prioritários para a efetivação dele, considerando as atividades das fases anteriores, com identificação para cada ação ou investimento, contendo no mínimo os itens apresentados a seguir (documento ii - anexo i):

a) temática; b) responsável (is); c) direitos à cidade sustentável; d) dimensão; e) objetivo; f) localização; g) meta (prevista e realizada); h) custo; i) prazo; j) indicador de resultado; k) fontes de recursos.

### Institucionalização do Plano Diretor Municipal.

Elaboração de minutas de anteprojeto de revisão dos instrumentos jurídicos relacionando-os, compatibilizando-os e assegurando a coerência entre eles:

- i – lei do plano diretor municipal que disponha, onde são estabelecidas as diretrizes gerais do plano;
  - ii – anteprojeto de lei do perímetro urbano, e das áreas de expansão urbana;
  - iii – anteprojeto de lei de parcelamento do solo urbano, em conformidade com a lei federal nº 6.766/79 e suas alterações, definindo os procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos;
  - iv – anteprojeto de lei de uso e ocupação do solo urbano e rural, o qual divide o território do município em zonas e áreas, define a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura existente e dos condicionantes ambientais. a definição dos parâmetros urbanísticos mínimo, básico e máximo deve se embasar na proteção e na capacidade de suporte das infraestruturas existentes ou projetadas e nos condicionantes ambientais;
  - v – anteprojeto de lei do código de edificações e obras regulamentando as normas edilícias no município (avaliar diferentes métodos construtivos e os tipos de construção);
  - vi – anteprojeto de lei do sistema viário e da mobilidade urbana, hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como as diretrizes viárias para os novos parcelamentos;
  - vii – anteprojeto de lei que regulamente empreendimentos de considerável impacto, tais como: loteamentos abertos e fechados condomínios horizontais e verticais e empreendimentos e atividades de impacto;
  - viii – regulamentações específicas para os instrumentos urbanísticos aplicáveis no território municipal:
- a) anteprojeto de lei de regulamentação do direito de preempção;
  - b) anteprojeto de lei de regulamentação de outorga onerosa do direito de construir;
  - c) anteprojeto de lei de regulamentação da transferência do direito de construir;
  - d) anteprojeto de lei de regulamentação do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (levantamento e definição dos locais através de planilha e mapas) e IPTU progressivo no tempo (levantamento e definição dos locais através de planilha e mapas) e IPTU progressivo no tempo (levantamento e definição dos locais através de planilha e mapas) e IPTU progressivo no tempo (levantamento e definição dos locais através de planilha e mapas).

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 80629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 8 de 11



*[Handwritten signature]*

0058



## Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25  
CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)



- tamento e análise da aplicação do instrumento na lei vigente apresentando planilha de dados e mapas e proposta de alterações com mapa e estudo de área para aplicação progressiva);
- e) debates, consultas públicas, oficinas e audiências públicas;
- f) conferências públicas;
- g) solo criado
- ix – anteprojeto de lei de regulamentação do estudo de impacto de vizinhança (EIV);
- x – anteprojeto do código de posturas;
- xi – (re) definição do conselho municipal de desenvolvimento urbano da cidade (CMDU), conforme resolução nº 13, de 16 de junho de 2004 do conselho nacional das cidades;
- xii – decreto regulamentador dos procedimentos administrativos, fluxogramas e formulários, necessários à organização dos trâmites para licenciamento das atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano e rural;
- xiii – anteprojeto de lei de regularização fundiária, em conformidade com a Lei Federal 13.465/2017;
- xiv – anteprojeto de lei de telecomunicações.
- xv – anteprojeto de lei do meio ambiente

### Sistema de planejamento e gestão do PDM.

I – Estrutura organizacional e atribuições das unidades administrativas competentes; II – Sistema de informações municipais; III – perfil técnico da equipe municipal; IV – equipamentos e programas de informática; V – Estrutura física, veículos e instrumentos de trabalho; VI – Sistema de indicadores de monitoramento.

### Estrutura Organizacional.

A partir dos resultados das atividades desenvolvidas e visando somente os ajustes necessários à implementação do plano diretor municipal, foram elaboradas minutas para criação ou alteração de legislação para: I – Lei da estrutura administrativa do poder executivo; II – Plano de cargos, carreiras e salários (necessidade de profissionais); III – regimento interno do conselho de desenvolvimento urbano – CMDU; IV – Código tributário; V – Outras leis pertinentes; VI – órgão de pesquisa e planejamento urbano.

### ETAPA V - WEBGIS – PDM:

Desenvolvimento de um sistema denominado de WEBGIS-PDM, para utilização em ambiente WEB, com atualização de dados diretamente em um repositório central (Banco de Dados Relacional), possibilitando o acesso rápido, tornando o sistema georreferenciado uma ferramenta confiável para a efetivação de ações de cunho estratégico, de planejamento corporativo com o objetivo de disponibilizar consultas de viabilidade de acordo com a Lei de Uso do Solo do Município o WEBGIS-PDM foi desenvolvido em linguagem de programação orientada a objeto - JAVA e Banco de Dados Relacional.

### Características Gerais WEBGIS-PDM:

- Possui arquitetura em três camadas (apresentação a partir de navegador web e backend desenvolvidos em Java, lógica concentrada no servidor de aplicações, dados mantidos em banco de dados relacional), permitindo assim a integração com outras aplicações corporativas existentes;
- Todos os componentes desse sistema deverão ser construídos sobre a plataforma Java J2EE, garantindo a portabilidade em diversos sistemas operacionais;
- Possuir desenvolvimento de aplicações customizadas utilizando a linguagem Java e API's Java, JavaScript, JSF e AJAX;
- Os Dados de configuração totalmente armazenados em banco de dados relacional, permitindo a utilização dos perfis de segurança de dados e regras de topologia por outras aplicações, criando um padrão comum que pode ser utilizado por um número ilimitado de aplicações;
- Oferecer interface de criação, administração e controle de acesso a dados através de navegador web;
- Permitir ser instalado em pelo menos dois diferentes servidores de aplicação que estejam em conformidade com os padrões do JEE de até uma versão anterior à mais recente.
- Permitir acesso direto a dados espaciais capturados em tempo real, apresentando-os imediatamente na interface de mapas.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 80629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 9 de 11



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná

0059



## Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25

CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)



### Camada de apresentação - aplicativo web:

- Utilização dos recursos nativos do navegador web Internet Explorer, Chrome e Mozilla Firefox, não requerendo instalação de recursos adicionais como applets e/ou plug-in's;
- Possui ajuda online e manuais técnicos, no idioma português do Brasil;
- Possui funcionalidades para visualização de dados espaciais em formato vetorial e matricial, organizados em camadas lógicas com simbologia predefinida no módulo de administração;
- Possui funcionalidades de navegação como ampliação / redução (incluindo zoom definido por área) e deslocamento ("pan");
- Possui ferramentas para medição a partir de traçado desenhado pelo usuário em tela, contemplando comprimentos e áreas;
- Tem capacidade de desfazer e refazer operações de visualizar tela anterior e refazer telas de Mapas.
- Possibilita a impressão em layout A4 dos resultados de buscas simplificados e detalhados;
- Busca por zoom e localização de feições feitos do banco de dados para o mapa e vice-versa.

### Camada lógica - administração e servidor de mapas

- Configuração das camadas lógicas que apontem para uma fonte de dados espaciais e que estejam disponíveis para serem utilizadas em qualquer serviço de mapas;
- Serviço de cache de mapas, executado no espaço de memória do servidor de aplicação;
- Oferecer alternativa de restrição de uso de serviços de mapas em escalas previamente definidas para otimizar a utilização do serviço de cache;
- Possibilitar a publicação de serviços de mapas no padrão OGC, WMS.

### Camada de dados - servidor de banco de dados

- Deverá acessar o Software Gerenciador de Banco de Dados com Funções Espaciais especificado, utilizando recursos nativos do banco de dados para a criação, edição, manipulação e análises de dados espacialmente referenciados. Deverá permitir conexão simultânea a múltiplas bases de dados do mesmo sistema gerenciador de bancos de dados;

### Arquitetura de Desenvolvimento - o desenvolvimento em linguagem de programação multiplataforma opensource com a utilização de:

- Servidor Web - Tomcat 7;
- Framework de autenticação - Spring Security 3.5;
- Framework de persistência de dados - Hibernate 4;
- Framework MVC - JSF 2.1;
- Criptografia de dados - Md5;
- Geoserver: Servidor de mapas;
- OpenLayers: Biblioteca JavaScript para carregamento, exibição e renderização de mapas interativos em navegadores;

Atestamos ainda, que os trabalhos atingiram os resultados esperados por este Município e foram desenvolvidos pela seguinte Equipe Técnica Multidisciplinar:

Equipe Principal	
Profissional	Responsabilidades
<b>José Roberto Hoffmann</b> Engenheiro Civil CREA-PR nº6125/D.	Coordenação geral dos trabalhos de Engenharia, atuando em todas as fases da revisão do PDM, conforme ART nº 20190577898.
<b>Mario Cesar Stamm Junior</b> Engenheiro Civil CREA-SP nº72282/D.	Responsável Técnico dos serviços de engenharia, atuando na Revisão do PDM, as atividades tiveram início em 03/12/2019 conforme ART nº 1720204313205.
<b>Lucas Fernando Bertaco da Silva,</b> Geógrafo, CREA-PR 181825/D.	Serviços técnicos de Geografia, especificamente assessoramento nas definições do mapeamento e zoneamento das áreas: aptas; inaptas; uso e ocupação do solo e geoprocessamento, as atividades tiveram início em 12/03/2020, conforme ART nº 1720205834810.
<b>Henrique Ferrarini Ferreira</b> Arquiteto e Urbanista CAU A132542-6.	Coordenador da Equipe técnica e dos serviços de arquitetura e urbanismo, atuando na Revisão do PDM, as atividades tiveram início em 19/03/2019 conforme RRT nº SI10420144100.
<b>Humberto Carneiro Leal</b> Arquiteto e Urbanista CAU A49147-0.	Responsável Técnico dos serviços de arquitetura e urbanismo, atuando na Revisão do PDM, con-

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 80629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 10 de 11



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



# Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25


CEP 86.800-280 | APUCARANA - PR | [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)



	forme RRT nº 7902410 até o período de 06/05/2020.
<b>Marina Machado de Rezende</b> Arquiteta e Urbanista CAU A143322-9.	Responsável Técnico dos serviços de arquitetura e urbanismo, atuando na Revisão do PDM, conforme RRT nº 8366896.
<b>Demétrius Coelho Souza</b> , Advogado OAB-PR 24.363.	Análise e diagnóstico da legislação urbanística existente e proposição e produção de minutas de novas ou alterações de Leis.
<b>Nilce Mary Turcatti Folle</b> , Bióloga - CRBio nº: 25363/07-D. <b>Rafael Scarpelli Ferro</b> , Biólogo - CRBio nº 72899/07-D.	Serviços técnicos de Biologia, atuando em todas as fases nos temas ambientais que envolveram fauna e flora do município.
<b>Gabriela Regina Santana</b> , Especialista em Gestão Estratégica do Turismo e <b>Ariane Salvadori dos Santos</b> , Turismóloga.	Diagnostico e avaliação do potencial turístico do Município.
<b>Cláudia Leocádio Dias</b> , Assistente Social CRESS-MG 4013.	Coordenação do processo de mobilização social, metodologia e forma de comunicação com os atores e comunidade local; Facilitação e Diagramação.
<b>Paulo Roberto Santana Borges</b> , Economista CORECON-PR 3.192; <b>Carlos Rogério Pereira Martins</b> , Administrador de Empresas CRA-PR 24.528; <b>Agostinho de Rezende</b> , Administrador de Empresas CRA-PR 6.459.	Economia local e regional, indicadores e cenários, análise econômico-financeiro e capacidade de investimentos, Plano de Ações e Investimentos e compatibilização com PPA, LDO e LOA.
<b>Ralf Samy Sato e Rodolfo Rodrigues Rego</b> , Analistas de Sistemas.	Desenvolvimento e implantação de Sistemas de Informações Geográficas com Fornecimento de Licença para Plataforma WEBGIS-PDM.

Equipe de Apoio	
Profissional	Responsabilidades
<b>Augusto Fernando Peixoto de Assis</b>	Assistente de Arquitetura e Urbanismo
<b>José Batista Delatorre Junior</b>	Assistente de Arquitetura e Urbanismo

Apucarana, 02 de março de 2021.

  
**Caroline Moreira Souza**  
Engenheira Civil - CREA-PR nº 145.402/D  
Superintendente de Obras Públicas  
Secretaria Municipal de Obras

  
**Anelize Alves dos Santos Campana**  
Arquiteta e Urbanista - CAU nº A1229265  
Assessora do IDEPPLAN  
Instituto de Desenvolvimento Pesquisa e Planejamento de Apucarana

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 80629/2021.

CAT nº 1316/2021 de 16/03/2021, página 11 de 11



0061



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA-PR**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/3

Certidão de Acervo  
Técnico  
4149/2018



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional JOSÉ ROBERTO HOFFMANN referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JOSÉ ROBERTO HOFFMANN**

RNP: 1701467690

Registro: **PR-6125/D**

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **20162480859** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO  
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 14/06/2016 Baixada em: 29/07/2016 Forma de registro: Inicial  
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**

Contratante: **MUNICÍPIO DE UMUARAMA** CNPJ: 76.247.378/0001-56

Rua: AV RIO BRANCO Nº: 3717

Complemento: Bairro: ZONA I

Cidade: UMUARAMA UF: PR CEP: 87501-130

Contrato: 320/2014 celebrado em 14/01/2015

Valor do contrato: R\$ 195.990,00 Tipo de contratante: Não informado

Dimensão: 1,00 Unidade de Medida: UNID

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: AV RIO BRANCO Nº: 3717

Bairro: ZONA I

Cidade: UMUARAMA

UF: PR

CEP: 87501-130

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 14/01/2015 Conclusão efetiva: 11/06/2016

Finalidade: Outro

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

0062



Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, Atividade Técnica: **ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES**, Área de Competência: **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **SUPERVISÃO / COORDENAÇÃO / ORIENTAÇÃO**, Serviço Contratado: **SUPERVISÃO/COORD/ORIENTAÇÃO**

**Observações:**

SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A REVISÃO DO PDM - PLANO DIRETOR MUNICIPAL E O DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA WEBGIS-PDM, PARA UTILIZAÇÃO EM AMBIENTE WEB, COM OBJETIVO DE DISPONIBILIZAR CONSULTAS DE VIABILIDADE DE ACORDO COM A LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA - PR, QUE TIVERAM INÍCIO EM 14/01/2015 E CONCLUSÃO EM 11/06/2016, COMPREENDENDO AS SEGUINTE ATIVIDADE:

**I. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - PDM**

A. PLANO DE TRABALHO, METODOLOGIA E COMUNICAÇÃO: DETALHAMENTO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, DA METODOLOGIA E DA FORMA DE COMUNICAÇÃO COM OS ATORES E COMUNIDADE LOCAL EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO Nº 25, DE 18 DE MARÇO DE 2005, DO CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES, SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE; B. ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA: ESTUDO, MAPEAMENTO E ANÁLISE: DAS ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS: DOS USOS E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO;

**Verso da ART:**

DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS; DOS USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO ATUAL VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS; DA EXPANSÃO URBANA VERSUS AS CAPACIDADES DE SUPORTE AMBIENTAL E DE INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS; DAS CONDIÇÕES GERAIS DE MORADIA E FUNDIÁRIAS; DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE, COM ÊNFASE NA ÁREA URBANA; DO SISTEMA VIÁRIO BÁSICO; DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO; DO DESLOCAMENTO INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO; DO DESLOCAMENTO MOTORIZADO DE CARGAS E SERVIÇOS, PARA DEFINIÇÃO DE SOLUÇÕES ESPECÍFICAS DE FORMA A GARANTIR OS DIREITOS AO TRANSPORTE, AO TRABALHO, AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E AO LAZER; DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO - PAI DO PDM; DAS ESTRUTURAS E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES; C. DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL: PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES: PARA O REORDENAMENTO TERRITORIAL, COMPREENDENDO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL, PERÍMETROS URBANOS E ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA, MACROZONEAMENTO URBANO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONEAMENTO - COM DESTAQUE DAS ÁREAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS, SISTEMA VIÁRIO E PARCELAMENTO DO SOLO URBANO; PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL; PARA OS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS; D. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM: ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO - PAI COM AS DEFINIÇÕES DAS AÇÕES E INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PDM; INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM ATRAVÉS DA ELABORAÇÃO OU REVISÃO DAS SEGUINTE LEIS: DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL: DA DIRETRIZES PARA O (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL (MACROZONEAMENTOS MUNICIPAL E URBANOS); DO PERÍMETRO URBANO E DE ÁREA DE EXPANSÃO URBANA; DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO; SISTEMA VIÁRIO; DO PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS; DAS PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL; DO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS E DO CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS; E. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E CAPACITAÇÃO TÉCNICA: REALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA OS RESULTADOS DA REVISÃO DO PDM; CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA ENVOLVENDO OS PRINCIPAIS PONTOS NECESSÁRIOS DE REVISÃO DO PDM E A APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CIDADE.

**II. DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA WEBGIS-PDM**

A. ADEQUAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA NA ESCALA 1:2000 E SISTEMA DE PROJEÇÃO SIRGAS 2000; B. ESTRUTURAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LOGRADOUROS, BAIRROS, QUADRAS E SETORES DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO; C. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO (INTRANET/INTERNET): IMPLANTAÇÃO DE SERVIDORES E BANCO DE DADOS GEOGRÁFICO, COM OS DEVIDOS PADRÕES DE INTEROPERABILIDADE DESCRITOS NO CONSÓRCIO OGC E W3C; DISPONIBILIZAÇÃO PARA POPULAÇÃO DA CONSULTA PRÉVIA DE VIABILIDADE DE PARCELAMENTO DO SOLO E ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE); DESENVOLVIMENTO EM PLATAFORMA JA-VA/JSP, GEOSERVER, OPENLAYERS E BANCO DE DADOS POSTGRES/POSTGIS; D. TREINAMENTO E CONSULTORIA EM WEBGIS E EM FERRAMENTA DE SIG QGIS. EQUIPE TÉCNICA DRZ: JOSÉ ROBERTO HOFFMANN, CREA-PR 6125/D, ENGENHEIRO CIVIL E COORDENADOR GERAL; AGENOR MARTINS JÚNIOR - CAU Nº A13861-4 E MARCIA M. BOUNASSAR - CAU Nº A119501-4 - ARQUITETOS E URBANISTAS; ANDERSON ARAÚJO DE AGUIAR - CREA-GO -11043/D-VISTO 143194-PR, ENGENHEIRO CARTÓGRAFO; DEMÉTRIUS C. DE SOUZA - ADVOGADO - OAB/PR Nº 24.363, LEGISLAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO; CARLOS F. D. VIEIRA, COORDENADOR DE TI; RODOLF

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A 057316, o atestado expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.





Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

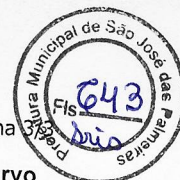
**CREA-PR**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página

Certidão de Acervo  
Técnico

4149/2018



Certidão de Acervo Técnico nº 4149/2018

28/07/2020 14:03

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 283461/2018.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

[www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

0064



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 76.247.378/0001-56**



**ATESTADO TÉCNICO**

8º TABELIONATO  
DE NOTAS  
Cartório Octávio Cesário

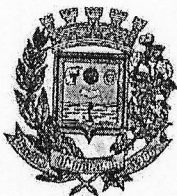
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, CNPJ 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, nº 3717, Centro Cívico, **ATESTA** que a empresa **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ 04.915.134/0001-93, com sede na cidade de Londrina-PR, à Avenida Higienópolis, 32, 4º Andar, executou para este Município, através do contrato número 0320/2014, executou os **serviços técnicos de consultoria para a revisão do PDM - Plano Diretor Municipal e o desenvolvimento e implantação de um sistema WEBGIS-PDM, para utilização em ambiente web, com objetivo de disponibilizar consultas de viabilidade de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Umuarama - PR, que tiveram início em 14/01/2015 e conclusão em 11/06/2016, compreendendo as seguintes atividades:**

**I. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - PDM**

- a. **PLANO DE TRABALHO, METODOLOGIA E COMUNICAÇÃO:** Detalhamento do cronograma de execução, da metodologia e da forma de comunicação com os atores e comunidade local em conformidade com a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005, do Conselho Nacional das Cidades, sobre a participação da comunidade, Avaliação da capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana no que se refere aos seguintes aspectos:
- b. **ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA:** Estudo, mapeamento e análise: das áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos: dos usos e ocupação atual do solo; da capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; dos usos e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; da expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; das condições gerais de moradia e fundiárias; das condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana; do sistema viário básico; do sistema de transporte coletivo; do deslocamento individual não motorizado; do deslocamento motorizado de cargas e serviços, para definição de soluções específicas de forma a garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer; da Capacidade de investimento do município - Plano de Ação e Investimento - PAI do PDM; das estruturas e funcionamento dos conselhos municipais existentes;
- c. **DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL:** Proposição de diretrizes: para o reordenamento territorial, compreendendo macrozoneamento municipal, perímetros urbanos e áreas de expansão urbana, macrozoneamento urbano, uso e ocupação do solo e zoneamento - com destaque das áreas para o desenvolvimento de atividades econômicas, sistema viário e parcelamento do solo urbano; para garantir os direitos à cidade sustentável; para os Instrumentos urbanísticos;
- d. **PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM:** Elaboração do Plano de Ação e Investimento - PAI com as definições das ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM; Institucionalização do PDM através da elaboração ou revisão das seguintes Leis: do Plano Diretor Municipal: da Diretrizes para o (re)ordenamento territorial (macrozoneamentos municipal e urbanos); do Perímetro urbano e de área de expansão urbana; do Uso e ocupação do solo urbano; Sistema viário; do Parcelamento do solo para fins urbanos; das Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável; do Código de Edificações e Obras e do Código de Posturas Municipais;
- e. **REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E CAPACITAÇÃO TÉCNICA:** Realização e apresentação em Audiência Pública os resultados da revisão do PDM; Capacitação da Equipe Técnica envolvendo os principais pontos necessários de revisão do PDM e a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.



0065



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ 76.247.378/0001-56**



**II. DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA WEBGIS-PDM**

- Adequação da base cartográfica na escala 1:2000 e sistema de projeção SIRGAS 2000;
- Estruturação, geocodificação e espacialização do sistema de Logradouros, Bairros, Quadras e Setores da Lei de Uso e ocupação do solo para 60.000 imóveis;
- Implantação de sistema de Geoprocessamento (intranet/internet): Implantação de servidores e Banco de Dados Geográfico, com os devidos padrões de interoperabilidade descritos no consórcio OGC e W3C; Gerenciamento de dados cartográficos e alfanuméricos (inserir, editar e excluir); Desenvolvimento implantação de estrutura para cadastro e consulta de dados e serviços georreferenciados, como: Parque de iluminação pública, Educação, Saúde, Saneamento e demais serviços municipais; Disponibilização para população da consulta prévia de viabilidade de parcelamento do solo e atividades econômicas (CNAE); Desenvolvimento em plataforma Java/JSP, Geoserver, Openlayers e banco de dados Postgres/postgis;
- Treinamento e consultoria aos servidores do município em webgis 2 (duas) horas e em ferramenta de SIG QGIS para atualização e consultas à base cartográfica e banco de dados, totalizando 8 (oito) horas;

Atestamos ainda, que os trabalhos atingiram com sucesso os resultados esperados por este Município e foram desenvolvidos pela seguinte Equipe Técnica da DRZ: **José Roberto Hoffmann**, CREA-PR 6125/D, Engenheiro Civil e Coordenador Geral; **Marcia Maria Bounassar** - CAU A11950-4 e Coordenadora Técnica; **Agenor Martins Junior** - CAU A13861-4, Arquitetos e Urbanistas; **Anderson Araújo de Aguiar** - CREA-GO 11043/D- Visto 143194-PR, Engenheiro Cartógrafo; **Demétrius Coelho Souza**, OAB-PR 24.363, Legislação e Institucionalização; **Carlos Francisco Dobes Vieira**, coordenador de TI; **Rodolfo Rodrigo Rego**, **Douglas Matias Dreer** e **Ralf Samy Sato**, Analista de sistemas/desenvolvedores WEBGIS/Tecnologia da Informação e **Agostinho de Rezende**, Administrador de Empresa - CRA-PR 6.459 análise econômica financeiro e capacidade de investimentos.

Umuarama - PR, 15 de junho de 2016.



**JEFFERSON RODRIGUES ONCKEN DA SILVEIRA**  
**CREA/PR 71842-D**

Engº Civil / Engº Segurança do Trabalho  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano

**2º TABELIONATO DE NOTAS - MARINALVA SOARES TAVARES**  
RUA DES. MUNHOZ DE MELLO, 389, CENTRO  
CEP: 07601-100 - UMUARAMA/PR  
FONE: 44-30553368 - C-TAVARES@UDICOM.BR

Selo PHwQ6.g9xRe.Hp66Q-mywxY.c9LS  
Valide em [www.funarpen.com.br](http://www.funarpen.com.br) / Reconheço por **SEMELHANÇA** a assinatura de **JEFFERSON RODRIGUES ONCKEN DA SILVEIRA**, Dou fé, Umuarama-PR, 15/06/2016, F885A10D4-781276-85.

**Sandra Mely Babetto - escrevente**

**2º TABELIONATO DE NOTAS**  
Fone/Fax: (44) 3055-3368  
UMUARAMA - PR



Mariana Pacilio Piazzunga Namur  
Escrevente Autorizado



0066

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA



Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **06/08/2021 16:25:00 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MAPTRIZ CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 109660612191502060668-1 a 109660612191502060668-2

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b0cb64b8353ef511d53acc440cdd7524c89c288e3aec7e77d165af3440e67b759edb79a15049c5ebab57a95fca31c6faa2249681547227a530f6d0b62a6af5a9



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



*[Assinaturas manuscritas em azul]*

*[Assinatura manuscrita em azul]*

*[Assinatura manuscrita em azul]*

0067



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA-PR**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1

Certidão de Acervo  
Técnico

2956/2019



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional JOSÉ ROBERTO HOFFMANN referente à (s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JOSÉ ROBERTO HOFFMANN**

RNP: 1701467690

Registro: **PR-6125/D**

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **20164110331** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO  
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 04/10/2016 Baixada em: 06/06/2019 Forma de registro: Inicial  
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**

Contratante: **MUNICÍPIO DE ARAPOTI** CNPJ: 75.658.377/0001-31

Rua: PLACÍDIO LEITE Nº: 148

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: ARAPOTI UF: PR CEP: 84990-000

Contrato: 154/2014 celebrado em 10/06/2014

Valor do contrato: R\$ 118.400,00 Tipo de contratante: Não informado

Dimensão: 9.000,00 Unidade de Medida: UNID

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: PLACÍDIO LEITE Nº: 148

Bairro: CENTRO

Cidade: ARAPOTI

UF: PR

CEP: 84990-000

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 10/06/2014 Conclusão efetiva: 20/03/2017

Finalidade: Outro

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

0068



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA-PR**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 2/5

Certidão de Acervo  
Técnico

2956/2019



Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, Atividade Técnica: **ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES**, Área de Competência: **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **SUPERVISÃO / COORDENAÇÃO / ORIENTAÇÃO**, Serviço Contratado: **OUTROS**

**Observações:**

**1. ATUALIZAÇÃO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO**

INÍCIO: 10/06/2014 CONCLUSÃO: 20/03/2017

I. FORNECIMENTO DE IMAGEM DE SATÉLITE DE ALTA RESOLUÇÃO ESPACIAL DE 0,5 METROS PARA O MUNICÍPIO DE ARAPOTI - PR COM 50 KM², GEORREFERENCIADA E ORTORRETIFICADA;

II. DIGITALIZAÇÃO DE DADOS ANALÓGICOS (BCIS, CROQUIS DE QUADRAS, PLANTAS E MAPAS);

III. CONVERSÃO DE DADOS CAD PARA SIG;

IV. VETORIZAÇÃO E GEOCODIFICAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DA ÁREA URBANA, COM INFORMAÇÕES DO LIMITE DO MUNICÍPIO, PERÍMETRO URBANO, DO SETOR DO CADASTRO IMOBILIÁRIO, DOS BAIRROS, QUADRAS, FACES DE QUADRAS, LOTES, EDIFICAÇÕES (9.000 (NOVE MIL) UNIDADES), EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, SISTEMA VIÁRIO, PONTES E DA MALHA DE DRENAGEM, TOTALIZANDO UMA ÁREA APROXIMADA DE 7 KM²;

V. ELABORAÇÃO DO CADASTRO DE 613 LOGRADOUROS PÚBLICOS, COM EXTENSÃO TOTAL DE 165,48 KM, INTEGRADO AO CADASTRO IMOBILIÁRIO, COM OS RESPECTIVOS SERVIÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS URBANOS EXISTENTES, TAIS COMO:

**Verso da ART:**

TIPO DE PAVIMENTAÇÃO, PASSEIO, REDE DE ÁGUA POTÁVEL, GALERIAS PLUVIAIS, ESGOTO, ILUMINAÇÃO E ÁREAS ATENDIDAS PELA COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA; VI. REVISÃO E ESTRUTURAÇÃO DA NUMERAÇÃO PREDIAL DE 7.000 (SETE MIL) IMÓVEIS;

VII. REVISÃO DO CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO DE 9.000 (NOVE MIL) UNIDADES, COM A FINALIDADE DE LEVANTAR DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DE CADA EDIFICAÇÃO EXISTENTE, QUE DISPONIBILIZE A PREFEITURA MUNICIPAL, PARÂMETROS ATUALIZADOS PARA OS LANÇAMENTOS DE IPTU, TSU E ITBI.

VIII. LEVANTAMENTO DE COORDENADAS, UTILIZANDO EQUIPAMENTO GPS GEODÉSICO, PÓS-PROCESSADO COM PRECISÃO DE ATÉ 0,5 METROS;

IX. ADEQUAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA NA ESCALA 1:2000 E SISTEMA DE REFERÊNCIA SIRGAS 2000 PROJETADO EM COORDENADAS PLANAS UTM.

**2. PLANTA GENÉRICA DE VALORES**

INÍCIO: 26/02/2015 CONCLUSÃO: 20/03/2017

I. ESTRUTURAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DO CADASTRO DE 1029 FACES DE QUADRAS, INTEGRADO AO CADASTRO IMOBILIÁRIO, FIXANDO O VALOR DO METRO QUADRADO DO TERRENO EM CADA FACE DE QUADRA. ATUALIZAÇÃO DO VALOR DAS EDIFICAÇÕES POR SISTEMA DE PONTUAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DE ACORDO COM METODOLOGIA EXISTENTE NA PREFEITURA;

II. ELABORAÇÃO DA NOVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV), POR FACE DE QUADRA, PARA AVALIAÇÃO DE VALORES VENIAIS TERRITORIAIS (TERRA NUA) E PREDIAIS EM CONFORMIDADE AOS MÉTODOS DA NBR - 14.653 E SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI;

III. ELABORAÇÃO DA MINUTA DE LEI QUE ESTABELECE A NOVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES.

**3. LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO**

INÍCIO: 26/02/2015 CONCLUSÃO: 20/03/2017

I. INVENTÁRIO E LAUDO DE AVALIAÇÃO DE 255 IMÓVEIS, 28 PONTES E 1045 SEGMENTOS DE LOGRADOUROS PAVIMENTADO/NÃO PAVIMENTADO (PERÍMETRO URBANO E RURAL), COM FINALIDADES PATRIMONIAIS, AVALIAÇÕES ECONÔMICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, REALIZADO ATRAVÉS DE: COLETA, ORGANIZAÇÃO, CATALOGAÇÃO, FOTOGRAFIA E AVALIAÇÃO DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO, REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO COMPLETO, PRESTANDO ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA AS IMPLANTAÇÕES DAS ROTINAS DE CONTROLES DE BENS PATRIMONIAIS, CONTENDO: DESCRIÇÃO, GRUPO, AVALIAÇÃO (VALOR ATUAL), RESPONSÁVEL PELA POSSE, CONDIÇÃO ATUAL (ESTADO DE CONSERVAÇÃO) E RESPECTIVA CODIFICAÇÃO (CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL);

II. COORDENADAS DE GPS INICIAL E FINAL DE 413 LOGRADOUROS LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO (SEDE E DISTRITOS), COM EXTENSÃO TOTAL DE 113,96 KM, E 96 TRECHOS DE ESTRADAS RURAIS COM EXTENSÃO TOTAL DE 382,50 KM, CONTENDO O TIPO DE PAVIMENTO, TIPO DE VIA (DE ACORDO COM O PLANO DIRETOR), ESTADO DE CONSERVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO NA BASE CARTOGRÁFICA MUNICIPAL; III. MAPEAMENTO ATUALIZADO DOS PONTOS DE PARADA DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE DE ESTUDANTES NA ZONA RURAL; IV. REVISÃO DO MAPEAMENTO DOS POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EXISTENTE; V. PLANTA GERAL CONTENDO A LOCALIZAÇÃO GEORREFERENCIADA DOS IMÓVEIS.

EQUIPE TÉCNICA: JOSÉ ROBERTO HOFFMANN, CREA-PR 6125/D, ENGENHEIRO CIVIL E COORDENADOR GERAL; MARCIA MARIA BOUNASSAR - CAU A11950-4 - COORDENADORA TÉCNICA; AGENOR MARTINS JUNIOR - CAU A13861-4 - ARQUITETOS E URBANISTAS; ANDERSON ARAUJO DE AGUIAR - CREA - GO11043/D - VISTO 143194-PR - ENGENHEIRO CARTÓGRAFO; CARLOS FRANCISCO DOBES VIEIRA - COORDENADOR DE TI E GEOTECNOLOGIA; RODOLFO RODRIGO REGO, DOUGLAS MATIAS DREER E RALF SAMI SATO - ANALISTAS DE SISTEMAS/DESENVOLVIMENTO DE WEBGIS/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E; AGOSTINHO DE REZENDE - CRA-PR 6.459 - ADMINISTRADOR DE EMPRESAS.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

0069



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA-PR**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página



Certidão de Acervo  
Técnico

2956/2019

Número da ART: **20191798839** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO  
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 23/04/2019 Baixada em: 06/06/2019 Forma de registro: Inicial  
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ** CNPJ: 18.663.401/0001-97

Rua: RUA CONDE RIBEIRO DO VALE Nº: 68

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: GUAXUPE UF: MG CEP: 37800-000

Contrato: 178/2017 celebrado em 27/11/2017

Valor do contrato: R\$ 156.540,00 Tipo de contratante: Não informado

Dimensão: 286,40 Unidade de Medida: KM2

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: RUA CONDE RIBEIRO DO VALE Nº: 68

Bairro: CENTRO

Cidade: GUAXUPE

UF: MG

CEP: 37800-000

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 27/11/2017 Conclusão efetiva: 30/04/2019

Finalidade: Outro

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

0070



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 2/5



Certidão de Acervo Técnico

2956/2019

Proprietário:

CPF:

Atividade Técnica: Tipo de Contrato: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, Atividade Técnica: **EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO**, Área de Competência: **SERVIÇOS TÉCNICOS NA MODALIDADE CIVIL**, Tipo de Obra/Serviço: **OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS**, Serviço Contratado: **EXECUÇÃO, OUTROS, PROJETO**

**Observações:**

COORDENAÇÃO GERAL DOS TRABALHOS DE ENGENHARIA CIVIL, DESENVOLVIDOS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, COORDENANDO TODAS AS ETAPAS DO TRABALHO; EXECUÇÃO DAS ETAPAS DO TRABALHO, COM EXCEÇÃO DAS ETAPAS 2 E 4 INTEGRALMENTE E, DO SUB ITEM 3E) DA ETAPA3. O TRABALHO ELABORADO PARA PARA O MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ, FOI O DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E A ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 E LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, COMPREENDENDO AS SEGUINTE ATIVIDADES:

1. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA:

1.1 - REVISÃO DE PLANO DIRETOR MUNICIPAL - RPDM E A ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA - PMU, VISAM DEFINIR OBJETIVOS, DIRETRIZES E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, OBSERVANDO:

**Verso da ART:**

A). LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO; B). PLANOS SETORIAIS DO GOVERNO DO ESTADO; C). PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM QUE O MUNICÍPIO SE INSERE; D). ESTATUTO DA METRÓPOLE (LEI FEDERAL Nº 13.089/2015); E). LEI DE RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL; F). RECOMENDAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS DAS CIDADES.

1.2 - ENQUADRAMENTO DOS TRABALHOS NO CONTEXTO DO ESTATUTO DA CIDADE, COM DESTAQUE PARA O ARTIGO 2º, NA GARANTIA: A) DO DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL, QUE COMPREENDE OS DIREITOS À TERRA URBANA, MORADIA, SANEAMENTO AMBIENTAL, INFRA ESTRUTURA URBANA, TRANSPORTE, SERVIÇOS PÚBLICOS, TRABALHO E LAZER E; B) DA GESTÃO DEMOCRÁTICA, QUE COMPREENDE A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO E DE ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE NA FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

2. ETAPAS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA: ETAPA 1: DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE TRABALHO E MECANISMOS E ESTRATÉGIAS A SEREM ADOPTADOS PARA EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO; ETAPA 2: LEITURA COMUNITÁRIA; ETAPA3: LEITURA TÉCNICA - A) ASPECTOS REGIONAIS; B) ASPECTOS AMBIENTAIS, OBRIGATORIAMENTE TENDO COMO REFERÊNCIA AS BACIAS E MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS; C) ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS; D) ASPECTOS SÓCIO ESPACIAIS;

E) ASPECTOS SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL, PAISAGÍSTICO E ARQUEOLÓGICO; F) ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS EM MAPAS GEORREFERENCIADOS E RELATÓRIOS; G) ASPECTOS DE MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO - SITUAÇÃO ATUAL E EVOLUÇÃO PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS.

ETAPA4: LEITURA COM O GOVERNO MUNICIPAL; LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E MAPEAMENTO GEORREFERENCIADO, COM OS GESTORES MUNICIPAIS (PREFEITO, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E TÉCNICOS DA PREFEITURA) DAS AÇÕES PREVISTAS PELA MUNICIPALIDADE COM REBATIMENTOS NO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO, FUTUROS PROJETOS E INTENÇÕES DE GOVERNO COM RELAÇÃO AO TERRITÓRIO DE GUAXUPÉ E AVALIAÇÃO DO ATUAL PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

ETAPA5: DEFINIÇÃO E PACTUAÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA - CONFRONTAÇÃO DAS LEITURAS DA CIDADE (COMUNITÁRIA, TÉCNICA E GOVERNAMENTAL) E CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ REALIZADA A PARTIR DOS ESTUDOS E PROPOSTAS APRESENTADOS NOS FÓRUMS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. ETAPA 6: PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA - ELABORAÇÃO DAS MINUTAS DO PROJETO LEI DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE GUAXUPÉ. ETAPA 7: PRODUTO FINAL. FINALIZAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI PARA O LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE GUAXUPÉ.

3. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E CAPACITAÇÃO TÉCNICA.

OS TRABALHOS FORAM DESENVOLVIDOS PELA SEGUINTE EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR DA DRZ: JOSÉ ROBERTO HOFFMANN - ENGENHEIRO CIVIL CREA-PR 6125/D - COORDENADOR GERAL DOS PLANOS RPDM E PMU EM TODAS AS ETAPAS. EXECUTOR DOS TRABALHOS DE ENGENHARIA EM CINCO ETAPAS DOS TRABALHOS (1,3,5,6 E 7), COM EXCEÇÃO DAS ETAPAS 2 E 4, INTEGRALMENTE E, DO SUBITEM 3E) DA ETAPA3; DANIEL SOUZA LIMA - ARQUITETO E URBANISTA CAU A47443-6; HUMBERTO CARNEIRO LEAL - ARQUITETO E URBANISTA CAU A49147-0; DEMÉTRIUS COELHO SOUZA ADVOGADO, OAB-PR 24.363; NILCE MARY TURCATTI FOLLE - BIÓLOGA - CRBIO Nº: 25363/07-D; CYNTHIA APARECIDA LEAL BOIÇA BIÓLOGA - CRBIO Nº77.071/07-D; TALITA SOARES LEITE, SOCIÓLOGA; ERIKA PATRÍCIA DE FATIMA PELEGRINO AMIM, COMUNICAÇÃO SOCIAL; CLÁUDIA LEOCADIO DIAS, ASSISTENTE SOCIAL CRESS-MG 4013; PAULO ROBERTO SANTANA BORGES, ECONOMISTA CORECON-PR3.192-5; CARLOS ROGÉRIO PE-REIRA MARTINS, ADMINISTRADOR DE EMPRESAS CRA-PR 24.528; AGOSTINHO DE REZENDE ADMINISTRADOR DE EMPRESAS CRA-

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A 058534, A 058535, o atestado expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2956/2019

28/07/2020 13:59

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0071



**Certidão de Acervo Técnico - CAT**  
**Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009**

**CREA-PR**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

**Certidão de Acervo Técnico**

**2956/2019**

Página 1/5



A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 218420/2019.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

[www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

0072

## ATESTADO TÉCNICO

O MUNICIPIO DE GUAXUPÉ, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ nº 18.663.401/0001-97, com sede na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 68, **ATESTA** que a empresa **DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA-EPP**, CNPJ nº 04.915.134/0001-93, com sede na Avenida Higienópolis, 32, 4º Andar, Centro, Londrina, Estado do Paraná, executou para este município a revisão do **Plano Diretor Participativo** e a elaboração do **Plano de Mobilidade Urbana** sendo elaborado em conformidade com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, compreendendo as seguintes atividades:

**CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO:** i) População estimada [2018] - 51.750 pessoas; ii) População no último censo [2010] - 49.430 pessoas; iii) Área territorial [2018] - 286,398 km². Fonte: IBGE.

**DADOS DO CONTRATO:** i) Contrato nº 175/2017; ii) Tomada de Preços nº 07/2017; iii) Processo Administrativo nº 129/2017, iv) Início dos serviços em 28/11/2017 e conclusão em 30/04/2019.

1. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA:

1.1 - Revisão de Plano Diretor Municipal – PDM e a Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU, visa definir objetivos, diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, observando: a. Lei Orgânica do Município; b. Planos Setoriais do Governo do Estado; c. Plano de Desenvolvimento Regional em que o Município se insere; d. Estatuto da Metrópole (Lei Federal n.º 13.089/2015); e. Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal; f. Recomendações das Conferências das Cidades.

1.2 Estatuto da Cidade, com destaque para o artigo 2º na garantia: a) do direito à cidade sustentável, que compreende os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer; e b) da gestão democrática, que compreende a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

## 2. ESTAPS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA:

Etapa 1: Definição da metodologia de trabalho e mecanismos e estratégias a serem adotados para execução e divulgação.

### Objetivo

- Estruturar o apoio municipal.
- Elaboração da metodologia de trabalho e cronograma de atividades que definirão os trabalhos de Revisão do Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de Guaxupé.
- Desenvolvimento da página eletrônica que contém informações virtual para divulgar o processo de revisão do Plano Diretor Municipal e Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana na internet.

## Atividades

- Estruturação e capacitação da Comissão Municipal;
- Reunião entre a Comissão Municipal e a empresa contratada para a definição da metodologia de trabalho e cronograma de atividades;
- Reunião de apresentação da metodologia de trabalho, cronograma de atividades e formato da página eletrônica para a Comissão Municipal previamente acordada com a Secretaria Municipal de Comunicação;

Avenida Conde Ribeiro do Valle n.º 68, Guaxupé/MG, CEP 37.800-000  
CNPJ sob o nº 18.663.401/0001-93

AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO  
4º Tabelião - Londrina

0073



**Autenticação Digital Código: 109661112200332730952-1**  
**Data: 11/12/2020 10:18:17**  
**Valor Total do Ato: R\$ 4,56**  
**Selo Digital Tipo Normal C: AKV76816-FX90;**



CNJ: 06.870-0

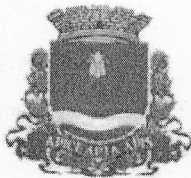
**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>



Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti  
Titular

T 100





- Mobilização dos atores-chave visando à participação dos mesmos na Etapa 2.

#### **Etapa 2: Leitura Comunitária.**

- Obtenção da leitura da cidade e do município através da visão daqueles que nela vivem e atuam;
- Comprometer o cidadão com os destinos de sua cidade;
- Envolver as diversas instâncias de poder no diálogo com a comunidade, conferindo legitimidade às manifestações do cidadão;
- Capacitar a população para os temas de planejamento, Plano Diretor Municipal e Plano de Mobilidade Urbana;
- Contribuir para a capacitação da equipe da prefeitura para processo permanente de planejamento participativo;
- Incorporar ao processo de Revisão do Plano Diretor Municipal e Plano de Mobilidade Urbana, outros saberes, além do técnico.

#### **Etapa 3: Leitura Técnica**

Análise e entendimento acerca da realidade territorial de Guaxupé e seus aspectos histórico, urbano, ambiental e econômico, que foram confrontados com o atual Plano Diretor Municipal visando à elaboração de relatório técnico.

##### **a. Aspectos Regionais**

- Vocação, potencial estratégico e principais fatores que concorrem para o desenvolvimento municipal;
- Centralidade, área de influência e relações com municípios vizinhos;
- Principais condicionantes, deficiências e potencialidades:
  - Do ponto de vista ambiental;
  - Do ponto de vista da infraestrutura;
  - Do ponto de vista socioeconômico;
  - Do ponto de vista da mobilidade urbana;
  - Do ponto de vista patrimônio histórico e cultural;
  - Do ponto de vista da distribuição espacial da população (rural e urbana).

##### **b. Aspectos Ambientais, obrigatoriamente tendo como referência as bacias e microbacias hidrográficas.**

- Identificação das condições de clima, geomorfologia, condicionantes geotécnicos, declividades, hipsometria, vertentes, drenagem natural, recursos hídricos, biota e áreas de preservação;
- Caracterização dos espaços potenciais para áreas de expansão urbana, de conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer, assim como locais para arborização pública;
- Áreas potenciais de risco para ocupação: áreas inundáveis, áreas de alta declividade (acima de 30%), erosão, entre outras;
- Áreas de preservação ambiental;
- Áreas previamente estabelecidas em Lei ou necessárias à proteção de mananciais;
- Áreas com vegetação de porte ou locais notáveis pela paisagem;
- Compatibilização e categorização das áreas ambientais encontradas com os conceitos e categorias estabelecidos na Lei 9985 de 18 de julho de 2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);
- Pontos estratégicos de poluição ou perigo: pontos de lançamento de esgoto não tratado, depósito de lixo, pedreiras, indústrias poluentes, depósitos explosivos ou inflamáveis.

##### **c. Aspectos Socioeconômicos.**

- Avaliação de dados referentes à população, no mínimo dos últimos dez anos, taxa de crescimento, evolução, densidade demográfica, migração, condições de saúde e educação/escolaridade, consumo de água e energia;

Avenida Conde Ribeiro do Valle n.º 68, Guaxupé/MG CEP 37.800-000  
CNPJ sob o nº 18.663.401/0001-97

RECEBIDO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**  
- Valição - Londrina

0074



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 109661112200332730952-2  
Data: 11/12/2020 10:18:17  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKV76817-T5UZ;



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





PREFEITURA DE  
**GUAXUPÉ**

DIVISÃO DE  
PLANEJAMENTO E URBANISMO



- Geração de valor: emprego e renda, perfil produtivo, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo), finanças públicas;
- Oferta de serviços públicos: saúde, educação, segurança;
- Infraestrutura: transporte, energia, telefonia fixa e móvel, saneamento, habitação, transmissão de dados, fibra ótica, canalização de gás subterrâneo;
- Desenvolvimento humano: IDHM, Índice Firjan;
- Dinâmica demográfica: número de habitantes, projeção populacional prevista pelo IBGE em aproximadamente 10 (dez) anos;
- Caracterização do potencial turístico do Município, incluindo os recursos naturais;
- Caracterização do potencial de comércio e serviço (setor terciário) do Município;
- Caracterização do potencial logístico do Município.

**d. Aspectos Sócio espaciais.**

- Evolução urbana, o uso e ocupação do solo urbano, demanda por solo urbano atual e para os próximos 10 (dez) anos, identificando os principais entraves espaciais existentes;
- Tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão urbana e rural;
- Análise da tipologia habitacional e da demanda;
- Identificação das áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto ambiental e urbanístico;
- Equipamentos urbanos e espaços públicos bem como a relação entre eles e a dinâmica da cidade.

**d.1 No que tange à ocupação do solo a leitura técnica observou:**

- A implantação das edificações nos terrenos;
- A intensidade de utilização dos lotes;
- As áreas de risco, já ocupadas, deve ser pesquisado o número de famílias em situação de maior e/ou menor risco iminente, de modo que possa estabelecer parâmetros para o planejamento de ações de regularização fundiária. No que tange ao Plano Diretor, especificamente, essas áreas foram tratadas como poligonais (zonas de especial interesse social) objeto de um projeto de regularização fundiária;
- A proporção entre espaços construídos e abertos;
- Os recuos, afastamentos e gabaritos;
- A tipologia de construção predominante na cidade, estendendo-se às áreas urbanizadas no meio rural;
- A ocupação em áreas de riscos iminentes;
- A problemática de verticalização do solo (sombra nas praias e suporte da infraestrutura urbana);
- A distribuição espacial da população: áreas de alta densidade de ocupação, bairros populares, bairros de melhor padrão construtivo, áreas de invasão, setores da cidade excessivamente adensados e vazios urbanos;
- Áreas de interesse histórico ou cultural;
- Estrutura fundiária – parcelamentos irregulares e ou clandestinos;
- Loteamentos aprovados e não implantados;
- Loteamentos aprovados e não registrados;
- Perímetro urbano legal – com rebatimento no perímetro urbano atual – e perímetro da zona de expansão urbana;
- Tendências de expansão urbana com especial atenção aos vazios urbanos existentes, bem como a relação entre eles (mobilidade, ocupação do solo e a dinâmica da cidade);
- Principais estradas vicinais, destacando trechos problemáticos, entre outros fatores;
- Identificação de áreas enfatizando a relação da densidade construtiva e da densidade demográfica com a capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura);
- Infraestrutura existente na área rural;
- Mapeamento e análise das comunidades e assentamentos rurais;
- Análise das informações e mapeamento com base nos setores censitários do IBGE (2012);
- abastecimento de água, destino de esgoto e destino do lixo entre outros;

Avenida Conde Ribeiro do Valle n.º 68, Guaxupé/MG, CEP 37.800-000  
CNPJ sob o nº 18.663.401/0001-9

SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
FEITO NA ÚLTIMA FOLHA

**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**  
4º Tabelião - Londrina

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

0075



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 109661112200332730952-3  
Data: 11/12/2020 10:18:17  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKV76818-EK72;



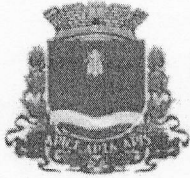
CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





PREFEITURA DE,  
**GUAXUPÉ**

DIVISÃO DE  
PLANEJAMENTO E URBANISMO



\* Análise da legislação municipal em vigor relacionada aos temas acima, principalmente ao uso e ocupação do solo e loteamentos avaliando seus rebatimentos na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal.

**e. Aspectos sobre o patrimônio histórico-cultural, paisagístico e arqueológico**

Avaliação dos bens de interesse para fins de preservação, procedendo o inventário do bem imóvel ou conjunto arquitetônico, sendo organizado através de fichas de avaliação patrimonial, contendo a discriminação de cada imóvel, do conjunto e/ou sítio histórico a ser preservado.

levantamento dos imóveis tombados e de interesse para o tombamento, considerando as condições físicas e necessidades de restauração.

Os monumentos naturais e de relevância cênica foram catalogados e analisados a partir de sua inserção urbana quanto as interferências visuais e pontos focais relevantes.

Apontamento das áreas significativas sob o ponto de vista arqueológico, caracterização da relevância, abrangência e situação atual do sítio.

O registro deste levantamento foi especializado em plantas em escala adequada, tendo como referências aerofotos e bases cartográficas municipais, além de fotos dos imóveis. Análise e coerência da legislação municipal em vigor relacionada aos temas acima e seus rebatimentos na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal.

**f. Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos – situação atual e evolução para os próximos dez anos em mapas georreferenciados e relatórios.**

\* Abastecimento de água: localizar pontos de captação, elevatórias, estações de tratamento, adutoras, áreas com deficiência de abastecimento, entre outros dados pertinentes, considerando-se que esses dados devem ser mapeados;

\* Esgotamento sanitário: localizar estações de tratamento de esgoto, pontos de lançamento, mapear áreas providas de rede de esgotamento sanitário; áreas com rede de esgoto em implantação, áreas com rede de esgoto não existente e áreas com fossas negras.

\* Drenagem: localizar galerias de água pluvial e poços de inspeção; estações de bombeamento e demais equipamentos; áreas desprovidas de rede de drenagem; pontos críticos de alagamento; vias com guias e sarjetas e outros;

\* Resíduos sólidos: locais de disposição final do lixo; identificar o destino final dos resíduos sólidos, entre outros problemas correlatos;

\* Pavimentação: localizar vias pavimentadas, pontos e/ou trechos problemáticos das vias não pavimentadas, entre outros;

\* Energia elétrica e iluminação pública: locais servidos por iluminação pública; locais com serviço deficiente, entre outros problemas mais frequentes;

\* Telecomunicações, Estações de Rádio Base (ERBs);

\* Equipamentos comunitários e sociais: equipamentos de saúde e educação (postos de saúde, hospitais, estabelecimentos de ensino segundo o respectivo nível), creches, equipamentos para assistência social especial (asilos, orfanatos, CREAS, CRAS), cultura, esporte, recreação, lazer e segurança pública.

**g. Aspectos de Mobilidade e Circulação – situação atual e evolução para os próximos dez anos.**

\* Sistema viário e transporte coletivo, circulação de pessoas inclusive transporte coletivo de empregados de empresas e transporte coletivo urbano, municipal e intermunicipal;

\* Pontos críticos de acidentes de trânsito;

\* Hierarquia viária;

\* Locais de congestionamentos e gargalos de circulação;

\* Deficiência e irregularidade de estacionamentos;

\* Localização de vias pavimentadas (com o tipo de pavimento) e não pavimentadas;

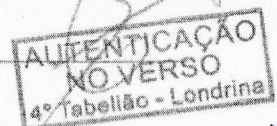
\* Infraestrutura viária deficitária (condições de pavimentação);

\* Deficiência no transporte coletivo rural e urbano;

\* Adensamento demográfico incompatível com o viário;

CREA-PR  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Avenida Conde Ribeiro do Valle n.º 68, Guaxupé/MG, CEP 37.800-000  
CNPJ sob o nº 18.663.401/0001-97



0076



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 109661112200332730952-4  
Data: 11/12/2020 10:18:18  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKV76819-YW6D;



CNPJ: 06.870-0

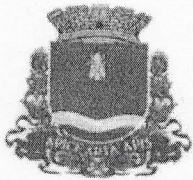
**Cartório Azevêdo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





PREFEITURA DE  
**GUAXUPÉ**

DIVISÃO DE  
PLANEJAMENTO E URBANISMO



- Polos geradores de tráfego (escolas, supermercados, centros comerciais, etc.) em locais que comprometem a segurança e o desempenho do sistema viário;
- Locais de concentração de operações de carga e descarga;
- Condições de segurança para a travessia de pedestres;
- Condições das calçadas, deficiência/ausência de tratamento para pessoas com mobilidade reduzida ou deficientes;
- Condições de segurança para trânsito de ciclistas/demanda;
- Itinerários de ônibus do serviço público;
- Áreas servidas por ônibus;
- Pontos de táxi ou lotação;
- Transporte alternativo;
- Problemas relativos à insuficiência do serviço, periodicidade, superlotação etc.
- Análise e coerência da legislação municipal em vigor relacionada aos temas acima e seus rebatimentos na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal e Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

#### **Etapas 4: Leitura com o Governo Municipal.**

Levantamento de informações e mapeamento georreferenciado, com os gestores municipais (Prefeito, Secretários Municipais e Técnicos da Prefeitura) das ações previstas pela municipalidade com rebatimentos no uso e ocupação do solo do município, futuros projetos e intenções de Governo com relação ao território de Guaxupé e avaliação do atual Plano Diretor Municipal e Plano de Mobilidade Urbana.

#### **Objetivos.**

- Levantamento das informações junto aos gestores municipais sobre as ações em execução ou previstas no Município com rebatimento no uso e ocupação do território;
- Estimular maior envolvimento dos gestores municipais no processo de elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal e Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;
- Avaliação do atual Plano Diretor Municipal;
- Compatibilização as intenções do governo municipal com as propostas a serem elaboradas para a Revisão do Plano Diretor Municipal e Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

#### **Atividades.**

- Reuniões com as secretarias municipais com vistas ao levantamento e mapeamento de informações sobre as ações previstas pela municipalidade com rebatimentos no uso e ocupação do solo. Realizar 01 (uma) reunião com cada secretaria, totalizando 10 (dez) reuniões.
- Levantamento e mapeamento das ações e intenções municipais referentes aos temas prioritários: Aspectos regionais, ambientais, socioeconômicos, sócio espaciais, patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arqueológico, infraestrutura e serviços públicos, mobilidade e circulação, institucionais.
- Discussão dos pontos de conflito entre as ações previstas pela municipalidade com rebatimento no uso e ocupação do território;
- Discussão das compatibilidades e/ou incompatibilidades com demais iniciativas de planejamento do governo municipal;
- Definição das intenções gerais do governo com relação ao Plano Diretor Municipal e Plano de Mobilidade Urbana.

#### **Etapas 5: Definição e Pactuação das Diretrizes e Proposições para a Revisão do Plano Diretor Municipal e Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.**

Confrontação das leituras da cidade (comunitária, técnica e governamental) e construção das diretrizes da política territorial do Município de Guaxupé realizada a partir dos estudos e propostas apresentados nos fóruns, seminários, reuniões e audiências públicas.

#### **Objetivos**

**CREA-PR**  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Avenida Conde Ribeiro do Valle n.º 68, Guaxupé/MG, CEP 37.800-000  
CNPJ sob o nº 18.663.401/0001-97

**AUTENTICAÇÃO  
NO VERSO**  
4º Tabelião - Londrina

0077



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 109661112200332730952-5  
Data: 11/12/2020 10:18:18  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKV76820-KR4F;



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Válder Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

**TJPB**

